

2015

Teleamnésia

**Um percurso através do poder alienante
das novas tecnologias**



Rui Tinoco



TELEAMNÉSIA

um percurso através do poder
alienante das novas tecnologias

Rui Tinoco

Bubok

Título: *Teleamnésia: um percurso através do poder alienante das novas tecnologias*

Autor: Rui Tinoco

Fotografia da capa: graffiti de autor desconhecido.

© Rui Tinoco

ISBN: 978-989-98275-3-0

Bubok

Janeiro de 2015

transportava demasiados telemóveis, era inevitável: numa curva ou na seguinte o vazio acabou por entrar nas conversas.

ÍNDICE

Teleamnésia, o que é? -----	9
Tecnologias tele -----	12
Memória e amnésia -----	15
O mercado de trabalho -----	20
As imagens expurgadas de subjetividade -----	23
Os romances históricos -----	25
Teorias unívocas -----	29
Os reality shows: o acontecimento filmado -----	31
Documentários: a fabricação do presente -----	35
Os noticiários -----	38
Internet: cesuras -----	40
Internet: o planeta dos robots -----	45
Redes sociais: a celeridade ineficaz? -----	47
Redes sociais: o dispositivo confessional -----	51
A informatização da fantasia -----	53
As telenovelas: mitos do eterno retorno -----	55
A televisão -----	60
Telemóveis -----	66
A internet e os mais novos -----	67
Os videojogos -----	69
As tele e as patologias aditivas não químicas -----	71
Massively Multiplayer Online Game: MMOG -----	74
Telecracia: o governo através de imagens -----	78
Distúrbios alimentares: a influência das imagens -----	80
Questões educativas -----	82
Espaço de luta e resistência -----	85
Acontecer e não acontecer através de imagens -----	88
A facilidade com que nos despedimos do humano -----	90
Novas formas de conhecer as pessoas -----	92

Falsa Ágora -----	94
Movimentos políticos, novas manifestações -----	97
Uma pedagogia da escrita na internet -----	99
A higiene da atenção -----	101
Notas finais	
Nota 1 – Sobre as teles -----	103
Nota 2 – A relação com o texto -----	106
Nota 3 – O eterno presente -----	106
Nota 4 – Regulações -----	107
Nota 5 – Curto-circuito do simbólico -----	108
Nota 6 – Revolta do símbolo -----	110
Bibliografia -----	113

Teleamnésia: o que é?

A metáfora da caverna sempre fascinou os homens desde os tempos da antiguidade, quando descrita por Platão, e simbolizou os extremos de alienação de que o ser humano é capaz. Mais recentemente Saramago no seu romance com o mesmo nome situou no grande centro comercial, um lugar fechado ao exterior, o cenário de uma alienação moderna.

A perda do controle de si sempre foi algo que nos atraiu. Mesmo sob enquadramento religioso as possessões, os atos demoníacos, a necessidade de exorcismos cativou e suscitou receio. Por isso, as novas tecnologias desencadeiam em muitos de nós medo e repulsa.

Tele é um prefixo grego moderno que quer dizer distância. Eis o que as novas tecnologias conseguem realizar: colocar a distância num simulacro de proximidade. Um simulacro cada vez mais indistinto do real, vivido por alguns de nós em vez do real. Um simulacro que, frequentemente, se apresenta como a própria realidade. A segunda parte da palavra que intitula este trabalho tem que ver com a amnésia, o esquecimento. Trata-se pois de um esquecimento induzido à distância e por isso mesmo insidioso.

Um dos vetores importantes para a reflexão que agora iniciamos tem que ver com a passagem em revista de algumas das tecnologias tele como a televisão, os telemóveis, os videojogos e a internet como denominador comum a muitos deles. Anotaremos especificidades de cada dispositivo, assim como formas de utilização de que são alvos. A linguagem e o modo como a informação se apresenta será também uma fulcral dimensão analítica.

Claro que existem movimentos de apropriação das tecnologias nos usos individuais e partilhas que se acabam por fazer desses mesmos usos. Criam-se intersubjetividades... Por outro lado, estamos em crer que muitos destes dispositivos se apresentam de modo

autoritário, fragmentando factos e visões do mundo, ao mesmo tempo que aparentam ser extremamente democráticos e flexíveis. Estamos perante fortes movimentos responsáveis pela criação do que José Gil apelidou de subjetividades massificadas ou industrializadas. De repente, o cidadão anónimo que nunca ouviu falar do ditador de um recôndito país do oriente, passa instantaneamente a opinar sobre ele, a indignar-se... a escolher entre duas ou três opções políticas que lhe são servidas em debates formatados.

Eis o primeiro eixo deste texto, as tecnologias tele, a forma como o humano se relaciona e é representado nelas. Pensamos na esteira de uma construção sistemática das subjetividades, manipuláveis conforme interesses políticos.

Este eixo está assim intimamente ligado a um outro, a amnésia. Seguindo a proposta de Stiegler, aproveitamos para aqui o conceito de hipomnésia que muitas novas tecnologias induzem nos humanos. Vivemos uma ditadura do eterno presente, em que os factos rapidamente desaparecem para surgirem novos com as interpretações mais convenientes no momento e dificilmente articuláveis entre si: o jogo do século é sempre o que vai ser servido no próximo fim de semana.

É assim que se construiu a palavra telemnésia, o esquecimento que nos é servido nas nossas casas, quer através do eterno presente televisivo, quer ainda através dos entretenimentos e as milhares de formas disponíveis para não se pensar e se ir matando o tempo.

A realidade que é nos servida em casa, a telerrealidade: presenciamos a guerra, a entrevista, colecionamos no nosso sofá todos os factos do mundo... Sem nos lembrarmos de que estamos ausentes. Mas ainda assim moldamos a nossa perceção do mundo de acordo com o que vemos na televisão em vez do que vamos vivendo. Lembramo-nos aqui um verso popular de um álbum da Brigada Vítor Jara: «a ausência teve um filho». Todas estas tecnologias podem

também ser encaradas, poeticamente, como filhas da ausência, da separação ou da cesura.

A ideia de existir um sentimento de insegurança é um bom exemplo do que se tem vindo a nomear. Stanley Cohen defende que, apesar dos índices de criminalidade, terem vindo a decair ou a manterem-se estáveis nas sociedades ocidentais a perceção de perigo e de insegurança aumentaram. As cidades modernas potenciam isso: afastam classes entre si. Impõem aos seus habitantes a vivência do mesmo no interior da heterogeneidade. Fazemos por não ver as coisas por que passamos durante o dia e depois queremos-las ver na televisão antes de ir dormir. Desencadeiam-se movimentos de pânico, catalizados por notícias, sem que muitas vezes existam razões objetivas para tal.

As tecnologias Tele

As tecnologias tele constroem uma telepresença do outro, no sentido em que há a presença de um simulacro. Os chats apresentam textos a conversar com textos; as mensagens de telemóveis, os toques. Mesmo as webcams não substituem a verdadeira interação social: é apenas um outro confinado a um ecrã, que não vemos em interação com terceiros que, depois de alguns dias de conversa, pensamos conhecer na realidade.

Escrevemos um texto sobre esta questão das novas formas de ausência que nos são oferecidas pelas novas tecnologias. Iniciámos a nossa reflexão a propósito da peça A Voz Humana de Jean Cocteau. A peça desenvolve-se em torno de uma conversa de uma mulher abandonada com o seu antigo amante. Só que a conversa é na realidade um monólogo para a plateia, uma vez que ela fala com ele pelo telefone, com os constrangimentos tecnológicos comuns nas comunicações de meados do século passado.

A amante abandonada vai-se apercebendo das mentiras piedosas do antigo companheiro, desenganando-se de qualquer esperança. Ao longo do monólogo, a chamada é interrompida, ela necessita de pedir ao telefonista que lhe marque novamente o número (na altura não era possível discarmos diretamente a ligação pretendida). Problematizámos então a questão do título. Cocteau propõe-nos um título irónico, no sentido de que a voz humana ser ainda uma presença do outro, mas de uma presença fragmentada, desconstruída pela cesura que o telefone acaba por impor. É ilustrador desse afastamento a queda das comunicações, por vezes em importantes momentos da história – como se a máquina não quisesse saber das contingências e emoções humanas.

O desenvolvimento tecnológico fez com que esse muro passasse a ser muito melhor controlado e por vezes até ilusoriamente delido.

No caso dos programas, em que a troca de mensagens escritas é o principal modo de interação, o muro surge na sua máxima forma. No extremo oposto surgem as webcams em que a voz e a imagem se somam, a cesura é completamente reduzida. Interrogamo-nos agora sobre que parte do corpo humano teríamos de escolher para uma peça semelhante à de Cocteau... A voz humana? Os dedos, para o caso dos tecladores de salas de chat? Uma fotografia? Que símbolo expressaria melhor essa presença mediatizada, essa ausência presente que tanto utilizamos nas tecnologias de que nos servimos no nosso dia-a-dia?

Para além dessa ausência presente, existem também linhas de força contrárias que pretendem ser globalizantes, ainda que através de um movimento falso. Trata-se do recurso à emotividade. As emoções que captam audiências mas que acabam por impossibilitar o pensamento. É um mecanismo que emerge devido à luta pelo sharing das audiências mas que, ao mesmo tempo, acaba por fornecer modelos emocionais disfuncionais a muitas franjas da população mais permeáveis a essas influências. Este será outro dos vetores a explorar ao longo destas páginas.

O percurso que pretendemos realizar percorrerá não apenas as tecnologias tele, tais como sumariamente tentámos abordar, mas ainda elementos comuns entre elas e outras formas de comunicar ditas mais convencionais. Deste modo, refletiremos sobre estéticas detetadas em certas formas de romance – especialmente os ditos romances históricos atendendo à forma como se constroem teorias explicativas sobre os fenómenos. Apelidámos de teorias unívocas aquelas que tendo um argumento válido ou não o tentam impor à realidade, independentemente de outras formas de encarar o problema. As teorias unívocas podem surgir em diversas tecnologias tele como por exemplo os documentários ou mesmo em certos programas de carácter mais generalista de divulgação científica.

O nosso percurso não será, deste modo, rígido mas versátil quanto às áreas a abordar.

Memória e amnésia

Um ser humano de hoje surpreende-se com as capacidades de memória e de evocação que eram normais noutras épocas. Refiro-me, nomeadamente, aos bardos e outros guardiães da literatura oral. Sabe-se hoje que a *Ilíada* e a *Odisseia* foram obras essencialmente conservadas pela oralidade. A repetição de certos versos permitia a evocação de chaves mnésicas e o encadeamento de memórias. Permitia ainda a variabilidade: a história poderia ir sendo contada de diferentes maneiras e o acto de contar acabaria, certamente por permitir aperfeiçoamentos e evoluções - um palimpsesto oral, por assim dizer.

Há anos qualquer pessoa sabia de cor, por exemplo, vários números de telefone de familiares e até de amigos. O ato de discar repetidamente aqueles números, tornava-os familiares e assim facilmente evocados. O advento dos telemóveis, a possibilidade de gravar contactos desapropriou-nos dessas funções mnésicas.

Os Druidas, à época de Júlio César, recusavam passar o seu saber religioso à forma escrita... diziam que assim perderiam capacidades mnésicas. Numa época, como a nossa, em que muitas outras componentes da inteligência foram já informatizadas, como encarar esta lição druídica?

A escrita constituiu-se como um momento central na externalização do pensamento. Stiegler centra parte do seu trabalho precisamente nessa ideia. De facto, confiamos ao papel - ou ao papiro ou pergaminho - a informação que pretendemos conservar. A variabilidade dessa informação, impossível de evitar totalmente no registo oral, é expurgada no registo escrito (claro que os copistas poderiam acrescentar ou censurar passagens). Ganha-se em eficácia e objetividade, ao mesmo tempo que se ancora o texto à sensibilidade e cosmovisão de um autor.

É esta a primeira objetivação que o advento da escrita possibilita. O mesmo autor refere ainda como um segundo momento importante - a gramática. A gramática, a sistematização das regras da escrita, possibilita a reflexão da escrita sobre si mesma, uma padronização das suas regras e casos excepcionais num sistema de regras.

Já vimos: a escrita possibilita uma autoria – consideremos a autoria da *Ilíada* como tradição oral em que o autor não está claramente identificado ou o caso da Bíblia em que os autores de livros importantes do Antigo Testamento são-nos desconhecidos. O advento da internet vem, contudo, perturbar a relação do autor com o seu texto de várias formas.

Um aspeto importante e central nas suas consequências é a facilidade com que se reproduz a informação. Os meses necessários ao copista medieval para construir uma segunda cópia, são agora reduzidos à instantaneidade. O texto pode ser replicado infinitamente, colocado on-line, truncado, replicado parcialmente no trabalho de outrem com ou sem referência ao texto original.

Trata-se no fundo de uma espécie de oralidade grafada em que a reprodução é instantânea e volta a permitir censuras, cortes, usurpação de autorias. É uma aceleração informacional que está para além da percepção de uma pessoa. Pensamos num texto cómico que faz furor na net e é partilhado através de redes sociais, links e sites. Rapidamente se pede a noção do impacto e divulgação daquele texto, ao mesmo tempo que, de pronto, esse impacto é substituído por mais informação.

Neste sentido, a aceleração da informação transforma-se num dos mecanismos centrais do exercício de poder nas sociedades atuais. Em vez da censura, permite-se a liberdade de expressão – liberdade essa que tem acesso diferencial aos media e aos mecanismos de repetição.

A aceleração da informação tem outras consequências em termos da qualidade dos jornalistas e do tempo que lhes é oferecido para consolidar o seu texto: quase nenhum. Mais uma vez a pressão é imensa: é mais fácil reproduzir as notícias que nos são servidas pelas agências noticiosas do que produzir a nossa própria investigação e delinear nós próprios os factos. Mais uma vez o texto ou a imagem fornecida pelas agências noticiosas é replicado com pouca variabilidade pelos diversos órgãos mediáticos: o texto surge dissociado do seu autor e de um certo grau de subjetividade.

O texto substitui-se à realidade e apresenta-se a si mesmo como um dogma. Os dogmas tradicionalmente eram as verdades incontestáveis que, entre outras funções, estruturaram a teologia. As notícias e imagens, dissociadas da autoria, fazem esquecer que são construções subjetivas da realidade e assim tendem a substituí-la na percepção das audiências.

Só assim se entende a posição de Stiegler ao defender que os media destroem a realidade. Pela nossa parte a afirmação não é abstracta ou longínqua: quando vamos ao café, ouvimos as pessoas queixarem-se da criminalidade ou das desgraças do mundo, enquanto a sua experiência objetiva desse mesmo mundo nada tem que ver com essas catástrofes.

Sintetizando: a aceleração dos processos informacionais possibilitou mecanismo de controle social refinados. As notícias mais convenientes são repetidas mais vezes e o espetáculo que lhe é associado implica um curto percurso: em poucas horas são substituídas por outros programas.

A aceleração informacional implica ainda uma forte pressão sobre o corpo jornalístico que frequentemente se vê forçado a reproduzir textos e informações sobre as quais pouco conhece. O texto ou a imagem ficam então dissociadas do autor que as reproduz e assim percorre-se um primeiro momento no sentido de a expurgar de subjetividade. O escritor, a pessoa que escreve, neste caso o

jornalista, deixa de ser autor. Aliás, este género de notícias apresta-se demasiado bem a este movimento: é factual e parece assim desprovido de ideologia.

Estudos sobre o género de notícias que surgem em diversos jornais acabam por reflectir sobre essa pretensa objectividade noticiosa, desmontando-a. Lembremo-nos concretamente, e a título de exemplo, de estudos sobre a forma como a toxicoddependência é apresentada nos jornais – consulte, por exemplo, o trabalho de Fernandes. A carga factual das notícias sobre as toxicoddependências, maioritária nos mass media, replica o sucesso de instituições repressivas e torna invisíveis os consumidores propriamente ditos (quando não citados com fins de ilustrativos).

Outro dos aspetos importantes na comunicação mediática da atualidade tem que ver com a gestão das emoções. Stiegler refere que os media tendem a desenvolver um estado de hipomnésia. É só abrir a televisão: «eis o debate político mais importante do século»; «poderá ver a entrevista do ano» - como se estivéssemos perante um presente que pretende constantemente fazer tábua rasa de qualquer antes e depois. A sobrevalorização do produto televisivo que se oferece justifica todas as medidas.

Também no que diz respeito às emoções, como principal motor de conquista das audiências, a luta é desenfreada. As imagens chocantes repetem-se à exaustão. Enquanto provocarem repulsa ou outro género de emoções conseguem prender audiências.

Pensamos agora no episódio da Nau Portugal. Tratava-se de uma réplica de um grande veleiro do século XVIII, construído a propósito da exposição do Mundo Português em 1940. O navio, ao ser lançado à água, adornou imediatamente e necessitou de socorro urgente. A peça televisiva da época mostra o acidente e, depois, as diligências para pô-lo novamente funcional. Finalmente, o locutor defendeu estarmos perante o mais consagrado dos êxitos.

E se este episódio tivesse acontecido nos dias de hoje? Especulemos: a força da imagem do navio a adornar teria esmagado outra explicação alternativa... O impacto visual da desgraça seria muito mais forte do que qualquer explicação sobre ela. A imagem curto-circuita o pensamento.

A externalização do pensamento participa de um movimento atual, a ocorrer no momento presente de uma forma exponencial, de exportar para as máquinas e para a tecnologia em geral funções nucleares. Este movimento implica um empobrecimento do que é humano e uma obsolescência de muitas das suas funções. Por outro lado, cria um novo mapa para o controle social com inovadores tabus e zonas de não pensamento.

Também os meios de comunicação tendem a apresentar-se como possuidores da última palavra sobre os mais variados assuntos, tentando expurgar a audiência da sua subjetividade. Ou seja, do seu poder de interpretação. A este respeito, o advento dos opinion makers, que conhecem o passado e anteveem o futuro são uma figura central de uma nova ordem de controle social. Os acontecimentos, selecionados e apresentados pelos media, são depois interpretados por ele. O acontecimento cumpre-se, finaliza-se, na interpretação do opinion maker (ou dos opinion makers – que pertencem no máximo a duas ou três sensibilidades políticas) deixando de fora a audiência, reduzida apenas ao lugar de consumidor.

A este respeito, é curioso verificar a quantidade de pessoas que se pretendem informadas e que depois discutem os assuntos que foram objeto de discussão no dia anterior. Discutem nos termos que lhes foram apresentados no programa, ignorando que o pensamento é muito mais do que replicar operações lógicas, não dispensando uma visão estratégica e polifónica porque assim é o mundo.

O mercado de trabalho

O ser velho e experiente já não interessa, porque novas aplicações informáticas tornam impossível (ou pelo menos bastante difícil de se observar) essa acumulação de saber e de conhecimento prático. A experiência acumulada acaba por não conseguir ser transmitida uma vez que se refere a ambientes tecnológicos que deixaram literalmente de existir e, assim, totalmente inúteis.

Deste modo, a passagem de inúmeras informações para suportes tecnológicos, para aplicações informáticas, torna difícil a transmissão de informação entre gerações de humanos, pois esse conhecimento humano, subjetivo e intuitivo, perde-se na objetividade e eficácia do tecnológico e do informático.

Em ciências insuspeitas como a psicologia, esse movimento também é visível: um colega, nosso conhecido, queixava-se de que os questionários cotados informaticamente impossibilitam ao psicólogo que os utiliza, um conhecimento mais próximo, e relacionado com a experiência da relação que cada item poderá ter com diversas situações e patologias.... A objetivação da experiência, a sua digitalização, tem o reverso importante de dificultar a totalidade da experiência subjetiva. A apropriação intuitiva dos objetos torna-se assim padronizada e formatada numa intuição replicada industrialmente, por assim dizer.

O conhecimento tende a ser digitalizado e controlado comercialmente, como se fosse uma mercadoria como outra qualquer. No exemplo do questionário, o processo de cotação e construção dos resultados está delegado a um automatismo informático, tornando o psicólogo um mero consumidor da informação (consumidor que pode ser mais ou menos ativo na forma como gere essa informação, estando em todo o caso arredado de certas dimensões do processo subjetivo da cotação do instrumento).

Ora se esse movimento de externalização de parcelas importantes do pensamento acontece na psicologia, o que não acontecerá nas ciências exatas? Em todo o caso, e pese embora movimentos contraditórios, o constante lançamento de novos suportes informáticos, a sua obsolescência planeada, como propôs Kerckhove, pressionam o utilizador a estar sempre atualizado, sempre em posição de aprender – aprender a objetividade do manuseamento dos programas e em posição difícil de transmitir o seu conhecimento subjetivo e intuitivo a terceiros.

A obsolescência planeada é, como se disse, um conceito de Kerckhove que se reporta aos mecanismos de evolução dos produtos que compramos, de forma a os ir tornando inúteis. Pensemos num exemplo simples: o carregador de telemóvel que não serve para o modelo seguinte da mesma marca; nas portas de entrada dos computadores que tornam impossível o diálogo de uma nova máquina com a antiga impressora...

A transmissão da subjetividade, inerente ao conhecimento humano, torna-se ineficaz porque se ancora a suportes informáticos entretanto desatualizados. As audiências pasam a ser constituídas por pessoas constantemente preocupadas em manter-se a par das novas atualizações informáticas, ou seja: preocupadas apenas em manter o seu saber fazer operacional e sem tempo para perspectivar o conhecimento em termos de escolhas pessoais, num quadro abrangente. Em suma: pessoas atidas às dimensões do concreto, desencorajadas de desenvolver competências na área do operatório formal, da abstração.

Ao mesmo tempo que se circunscreve o conhecimento às dimensões do saber-fazer, a aceleração das mudanças informáticas transforma-as em mercadoria. O formador que transmite conhecimento do programa informático é empregado de uma determinada empresa, dona da patente que torna ilegal qualquer outro discurso sobre esse produto – e se esse ato for realmente

massificado, não é só o produto que fica refém de uma empresa mas a área de conhecimento a que ele se refere. Torna-se possível, graças aos direitos comerciais e patentes dos programas a privatização incipiente de certas áreas do conhecimento.

No fundo, são movimentos empobrecedores, obrigando a um saber fazer despojado de subjetividade, tornando o humano num consumidor passivo, num objeto. Transforma também o conhecimento numa propriedade, sujeito a arbitrários princípios de acesso. Em última análise, estamos perante um mecanismo de censura e restrição da liberdade – princípios contra os quais Alexandre Herculano se insurgiu quando contribuiu para a criação da primeira legislação que garantia a propriedade intelectual entre nós (propriedade que não seria eterna e impossibilitaria aos herdeiros de um determinado autor de fazer censura).

A eficácia informática não pode ser justificação de tudo: nesse movimento poderemos perder dimensões existenciais e de bem-estar indispensáveis a qualquer ser humano. A sucessão de aplicativos e novos sistemas tornam difícil a passagem de conhecimento subjetivo entre humanos e, acima de tudo, coloca o elemento humano sobre pressão – uma vez que ele não é eficaz perante a rapidez do processamento computadorizado.

As imagens expurgadas de subjetividade

Emir Kusturica numa entrevista a propósito do seu filme «O meu pai foi numa viagem de negócios» sublinhou o seu processo de construção narrativa das imagens. Os vários planos sobrepõem-se, reportando a diversas dimensões. A vida é polissémica. O realizador queixava-se da relutância dos realizadores dos filmes mainstream em relação a essa polissemia da imagem. A focalização na captura das audiências torna-as menos audazes e mais formatadas. Vejamos, porém, quais as consequências que este tipo de escolhas poderá ter perante a audiência.

No filme citado, Kusturica situa num banquete o reencontro de irmãos. O irmão que denunciou o cunhado e obrigou a irmã a acompanhá-lo num longo exílio. A reunião não corre bem mas ao mesmo tempo o velho pai observa como decorre o diálogo, um pouco mais à frente diz ao neto que vai para um lar de idosos – as histórias em segundo plano que vão também sendo ditas...

Nos filmes do mainstream o espetador é brindado com imagens que só disponibilizam a dimensão narrativa principal. A imagem é assim eficaz, mais eficaz do que o mundo com a sua infinitude de imagens e desencontros. As coisas são como são apenas nos filmes comerciais. Mais uma vez: a subjetividade do telespetador não é incentivada, nem se torna um instrumento de comunicação – os imperativos da eficácia e de tocar a todos sobrepõem-se ao resto, à complexidade dos signos.

É mais importante chegar a mais gente, nem que no processo se chegue com quase nada. É o entretenimento, o ver sem pensar, o estar demasiado cansado para pensar. Um processo de alienação que expurga de subjetividade as imagens que nos são servidas nas televisões das nossas casas.

A imagem impossibilita o pensamento. Apresenta-se como se fosse a realidade, expurgada de todas as ambiguidades. Não existem planos intermédios ou de fundo. Apenas as personagens que discutem, que são más ou são boas, numa concatenação tantas vezes incoerente de variáveis psicológicas e narrativas.

Os romances históricos

A moda do romance histórico participa também deste movimento que pretende transformar o recetor da informação, neste caso o leitor, num mero consumidor. Os romances históricos participam deste movimento. Facultamos de seguida uma crónica vinda a lume na A Página da Educação com o nome O outro código Da Vinci:¹

Pretendemos sinalizar alguns paralelismo entre um certo tipo de romance histórico e a linguagem alienante que vimos apontando em diverssas tecnologias tele. Avancemos para o texto...

O sucesso que alcançaram livros como o Código da Vinci e outras obras do género não nos pode deixar indiferente. À primeira vista, poderíamos classificar obras como «Eu, o Engraxador de sapatos de Hitler» ou «O cozinheiro de De Gaulle» como romances históricos. No entanto, se evocarmos as obras pioneiras deste género literário, podemos recordar que o ambiente de toda uma época está lá; que, inclusive, as personagens reais estão lá, mas que a trama se laça e se desenlaça nas margens desses acontecimentos históricos, de um modo geral, respeitando-os tal como acreditamos que tenham ocorrido (e invocamos aqui a história nacional, mundial, qualquer que ela seja).

A grande perscrutora deste filão literário é, em nossa opinião, Marguerite Yourcenar com o admirável livro «Memórias de Adriano». Na obra, a autora escreve uma extensa memória autobiográfica do imperador Adriano, utilizando para isso a primeira pessoa - a autora usurpa, assim, a consciência da personagem real. Yourcenar consegue um texto em que o modo de pensar e de sentir romano é ficcionado de modo admirável. Apesar de abrir caminho a uma série

¹ O outro código da Vinci, *A Página da Educação*, Abril, 2005.

de romances que violentam personagens reais, a autora tenta respeitar ao máximo acontecimentos e sentires tal como acreditamos que eles tenham acontecido.

Este novo subtipo de romance histórico, possibilitado pelas Memórias, procede de modo bem diferente: regressa ao passado, recria ambientes mas apropria-se de personagens reais e de acontecimentos, para os manipular romanescamente. Ao agir deste modo, o romance invade muitos espaços que não são seus. Em primeiro lugar, invade o espaço da ciência histórica ao propor versões alternativas dos acontecimentos e das motivações de personagens reais (ou seja: mexe com o nosso próprio imaginário e os nossos mitos enquanto cultura). Em segundo lugar, aproveita-se de uma curiosidade mórbida dos públicos atuais de saber detalhes biográficos de homens e mulheres famosos. Neste sentido, poderíamos estar perante uma deslocalização da atividade dos paparazzi que, em vez de perseguir Diana ou Beckham, perder-se-iam em temerárias cavalgadas pelos mais diversos séculos.

Tentemos então esmiuçar o primeiro dos pontos acima formulados. O romance, ao modificar a substância histórica, mexe com mitos coletivos, com o imaginário, e isso pode ser um dos motivos para o seu sucesso. Existe uma evidente curiosidade em se saber uma outra verdade, numa história que julgávamos conhecer em todos os pormenores – como se estivéssemos cansados das histórias basilares da nossa cultura e de nós próprios não serem recontadas e reinventadas. Falamos aqui da necessidade psicológica de narrativas, e de como elas podem fazer reviver acontecimentos e pessoas tornando-os, de algum modo, mais próximos.

Invadir a história é um risco enorme. Existe o perigo da destruição da distância entre a realidade e o que é a substância ficcionada. Muitos leitores perder-se-ão imediatamente, pois, ao não conhecer a realidade histórica, tomarão como verdade a realidade ficcionada. De qualquer modo, é este jogo que seduz: não se sabe

onde começa a realidade e começa a ficção; o que é autor e o que é o outro ficcionado (mas que, como ser real que foi, teve também a sua voz que ainda se poderá ouvir).

Entramos, agora, no segundo ponto, aquele que chama atenção para o facto do romance histórico atual desvendar uma suposta intimidade de personagens reais. Muitos autores na área das ciências sociais chamam a atenção para a emergência do interesse pela subjetividade do outro, interesse esse que assumiria diversas formas: o sucesso crescente da escrita autobiográfica que desvela factos e subjetividades (p. e. eu, a secretária de Nixon, vou falar do modo como via o presidente); o privilegiar das entrevistas como forma de conhecer o outro, quase como se constituíssem um critério de verdade.

O tipo de romance histórico, sobre o qual refletimos, atua no interior deste dispositivo. Usa um complexo jogo de espelhos: mune-se de factos históricos, de verdades passadas, plasmando-as numa suposta subjetividade histórica de um personagem para as deturpar e suscitar interesse. Poderíamos mesmo referir-nos a uma verdade narrativa que usurpa a realidade, confundindo o leitor.

Se falámos acima em papparazzi não o fizemos de forma inocente. De facto, esta figura é uma das forças motrizes dos mecanismos do espetáculo nas nossas sociedades. Ao apropriar-se da subjetividade, direta ou indiretamente, de figuras mundialmente famosas, o romance tenta reclamar, também ele, esse quinhão de espetáculo que é o propulsor fundamental das nossas comunidades. A procura do insólito, em figuras tutelares da história da humanidade obedece à crença contemporânea de que tudo vale fazer para se conseguir suscitar interesse.

Por todos estes motivos, a forma como se estrutura este subtipo de romance histórico aproxima-se da linguagem mediática atual. Recordemos, por exemplo, os reality shows, onde se simulam relações espontâneas em frente de câmaras. Não se sabe o que é

ficcionado, o que é realmente espontâneo e o que é montagem das produções. Há uma deslocação imprevisível entre o que é do domínio da verdade, o que é do domínio da narrativa televisiva. Poderá ser esta uma outra explicação para se compreender o sucesso deste tipo de trabalho? Como se as fronteiras do mundo exterior estivessem a ser desrealizadas?

O romance histórico participa actualmente num movimento maior, que o transcende, e em que não deixa de ser uma voz ativa: a desrealização do real ou, se quiserem, a desvitalização do mundo. Este movimento atua através da virtualização (frequentemente informática) de todos os pedaços de realidade: tudo pode ser como quisermos; como imaginamos; como desejamos. As grandes histórias da humanidade, como narrativas que são, sofrem, com as atuais formas de comunicação, um processo de re-narração que as afasta do que pode ser tomado como a realidade.

O romance histórico é, apenas, uma outra forma de retirar verdade ao nosso passado – como se no final de contas nada pudesse obstar à imaginação e nada, no exterior, pudesse obstaculizar o eu. É este outro, o real, o segredo último do código Da Vinci.

O que pretendemos sublinhar, ao trazer este artigo de opinião para este documento, é que, estruturalmente, o romance histórico deste género relaciona-se com os leitores, partilhando de inúmeros vícios comunicacionais comuns a outras estruturas mediáticas promotoras de esquecimento.

Teorias unívocas

Surgiu-nos este termo numa conversa com uma amiga, ao pretendermo-nos referir a uma certa moda norte-americana de denominar teoria uma posição qualquer que é depois imposta ao mundo e serve de leitura universal da realidade. Exemplifiquemos: o toque mãe filho é importante e central no desenvolvimento da criança. Faz-se depois um programa televisivo em que se acompanha o quotidiano determinada criança e tudo o que se passa com ela tem que ver, de uma maneira ou outra, com o toque ou a ausência dele por parte da mãe. Poderíamos somar outros exemplos: um documentário sobre Hitler. Tenta provar-se que o líder nazi era dependente de uma substância e a partir daí lê-se grande parte da história mundial. A invasão da Polónia, o cerco de Estalinegrado: tudo isso se deveu à dependência química do líder nazi...

Propagam-se assim erros de pensamento. Parte-se de uma premissa, que pode ser certa ou errada mas a partir daí tudo é explicado à luz desse facto. Para a semana o mesmo canal apresenta outro documentário sobre Hitler. Aí é já a relação com Eva Braun que explica todas as decisões do líder. Cacofonia de explicações, argumentos que surgem isolados do contexto e se apresentam como absolutos. Tenta apagar-se a complexidade da realidade e, nesse movimento, faz-se tábua rasa do que é a interpretação e o poder cognitivo da audiência.

Os factos históricos implicam assim mundos paralelos que não poderão harmonizar-se no mesmo plano de realidade, de acordo com probabilidades ou escolhas interpretativas e conscientes sobre o que terá acontecido ou o que acontece num determinado assunto.

As teorias surgem, pois, em documentários mas também em noticiários ou em debates. Confundem o pensar (como um conjunto de operações lógicas dentro de um sistema complexo de referências e

de outros dados) com operações simples de A relacionar-se com B implicando uma realidade que depois não se harmoniza – finge até não existir – uma outra indubitável realidade de C relacionar-se também com B.

Deste modo, em diversos suportes informativos, se ensina a não pensar.

Os reality shows: o acontecimento filmado

O advento de certo género de concursos televisivos, os reality shows, é paradigmático de um totalitarismo comunicacional – ideia que é, aliás, transversal às tecnologias tele. Os personagens encerrados na casa X ou Y são devassados pela câmara televisiva, pelo nosso olhar, como se tudo isso não tivesse influência nos seus comportamentos.

Acusaram-nos, na altura, de não estarmos interessados no modo como um grupo se organiza ou não organiza no interior de um espaço fechado, como surgiriam líderes e bodes expiatórios. Mas isso seria tomar o fenómeno pela sua metade. Eis a que falta: equacionar o fenómeno mediático, primeiro para o próprio grupo, constantemente observado; depois para a própria sociedade.

Escrevemos na altura um texto sobre o assunto intitulado Reality shows e totalitarismo comunicacional,² que passamos a facultar:

Interessa-nos para aqui a reflexão que qualquer linguagem pode fazer sobre si mesma. A pintura desde muito cedo ofereceu-nos trabalhos que incentivavam a reflexão sobre a representação. «As Meninas de Velásquez» possibilitam a figuração da complexidade do olhar do artista. Mais recentemente Magritte, no célebre quadro intitulado «Isto não é um cachimbo» põe em causa a evidência que nos é oferecida na figuração pictórica – afinal, todos os cachimbos desenhados não são, definitivamente, cachimbos.

A noção de representação ou, se quisermos, da figuração da realidade na televisão tem vindo a sofrer alterações. Não no sentido de uma complexificação, mas de um empobrecimento que expõe o ouvinte a um dogmatismo comunicacional tendente a despojá-lo da

² - Reality shows e totalitarismo comunicacional, *O Primeiro de Janeiro*, 8 Julho 2002.

reflexividade. Ou seja: a televisão não nos brinda com jogos sobre si, à maneira da pintura, mas passa a afirmar-se como realidade.

Não nos esqueçamos: falamos de imagens e elas são sempre representação de algo. O que acontece é que a televisão esqueceu-se do seu lugar figurativo e, ilegitimamente, passou a reclamar-se do mundo. O interesse perpassa vários campos: o telejornal que exhibe o assalto em directo; a grande revelação musical que se dissipa na semana seguinte; o concurso que mostra a verdade última da relação entre as pessoas.

Quando a figuração era assumida na sua plenitude a mensagem podia ser metafórica. O espectador teria de pensar essas representações e apropriá-las para a sua vida. Atualmente, as narrativas surgem-nos empobrecidas por se limitarem ao agir. Imperam os factos, desaparece a subjetividade. Mesmo as telenovelas só nos são capazes de oferecer histórias de vida sem coerência interna, com as emoções a derivarem de acordo com os níveis de audiência. O espetáculo da realidade televisiva prende-nos ao presente e ensina-nos um homem sem memória, que é evidência para si. Mas o eu é uma evidência? Ou é um contínuo esforço sobre o esquecimento?

Touraine chama-nos atenção para o duplo signo da vivência da individualidade na nossa cultura: conhecimento versus alienação de si. Um exemplo deste logro é as 'sondagens' de opinião. Uma problematização superficial de uma questão autoriza todos a ter um ponto de vista. Os argumentos contraditórios deixam espaço ao gosto de cada um. Mas uma opinião não é um vestuário que se põe e tira, é um esforço de pensamento que nos ensina, de uma nova maneira, a humanidade que carregamos connosco.

A opinião vale pelo caminho que a ela conduz.

Aqui a «realidade» do debate parece esgotar um assunto. A discussão é frequentemente inconclusiva, não pela irresolubilidade do diálogo, mas pela evidência de gostos diversos que escolhem ideias

diferentes. Cada eu tem direito à sua sentença – assim deveria ser – se tudo isto fosse um exercício de razão e não uma mera exibição narcísica.

Os reality shows são a consubstancialização da perda da complexidade figurativa, e é entre o real e a representação que o pensamento se move. Nos espetáculos reais – não há aqui algo de profundamente contraditório? – a figuração é o real, a mensagem emitida pretende-se acima da dúvida. A espetacularidade coisifica-se, ou pretende fazê-lo, desejando pertencer à mesma classe de fenómenos que engloba a luz do poente, a água em que mergulho na exaustão.

A tentação totalitária deste meio de comunicação é, por tudo isto, evidente. A mensagem construída não é mensagem, é substância: a realidade, o próprio mundo que nos entra mais bem afinado pela nossa sala de estar. Afinal, a comunicação mediática só tem um sentido e nós somos definitivamente recetores passivos, mesmo quando telefonamos, exprimindo a singularidade do nosso gosto: a nossa opinião.

A ciência advoga o sentido da dúvida, o não aceitar a primeira evidência da realidade. A televisão, pelo contrário, pretende consubstancializar-se, tornar-se uma evidência que dispensa o raciocínio. Será por isso que muitos defendem-se, dizendo ter necessidade de não pensar quando, ao fim do dia, ligam a caixa que mudou o mundo para mais uma sessão de esquecimento?

Também eu tenho necessidade de esquecimento: desligo a tv, deito-me na terra, perscruto com dificuldade a abóbada celeste. É que a cidade parece querer afogar todas as estrelas com a sua luz...

Eis o mecanismo ditatorial que faz tábua rasa da ideia dos media como representação para se impor à audiência como o mundo, como um mundo melhor explicado... ainda que, pontualmente, interrompido por compromissos publicitários.

Neste sentido, é curioso saber-se que o movimento não é inteiramente inovador. Impõe-se aqui a referência aos sofistas da Grécia antiga. O exercício de muitos sofistas nos tribunais atenienses atraiu cidadãos que tinham sido espectadores atentos das tragédias e comédias. Enquanto no teatro as peripécias eram essencialmente ficcionais, nos tribunais tratavam-se de «casos reais», a propósito dos quais os advogados traçavam narrativas que melhor convinham aos seus clientes.

Mais uma vez a atração pelo fácil e pela suposta realidade em vez da escolha proveitosa mas difícil (e dolorosa) do pensamento. Novamente o logro: nos tribunais estamos perante a realidade? Ou perante luta entre duas ou mais versões da realidade em função de ganhos e perdas das diversas facções? O dispositivo representacional perde a sua dimensão simbólica complexa – presente no teatro – para se apresentar como próxima do real, como a realidade, curto-circuitando o pensamento, tornando-se atrativa para a multidão.

Poderíamos recontar vezes e vezes sem conta essa erosão do simbólico em nome de uma aproximação à realidade, que ao recusar ser uma sua representação, se torna ditatorial. O movimento pode, pois, ser detetado em diversos dispositivos representacionais: os documentários, os filmes comerciais, os noticiários, os romances históricos, entre muitos outros.

O dispositivo representacional, tal como agora o acabamos de definir, engloba todos esses suportes mediáticos e não só, tendo a uni-los uma série de instrumentos e de posições que se tendem a impor às respetivas audiências como a realidade, como um mundo melhor explicado, ou ainda como sendo possuidores do poder de fazer novamente acontecer os acontecimentos – como é o caso de certo tipo de documentários que vamos de seguida analisar.

Documentários: a fabricação do presente

Um outro elemento curioso, que se relaciona de perto com o conjunto de factos e análises que temos vindo a desenvolver, tem que ver com um certo tipo de documentários. Tratam-se de programas que se dedicam à natureza, a acontecimentos históricos ou ainda a descobertas científicas. Os realizadores deste género de trabalhos operam de maneira muito específica: como se pudessem oferecer à audiência uma revivência do passado. Expliquemo-nos: o caça norte-americano precipita-se numa batalha sem quartel... vemos réplicas informáticas das aeronaves a evoluir sob um céu digitalizado.

Quando está prestes a soltar-se a primeira rajada de metralhadora, a ação interrompe-se: entrevistam-se peritos e familiares das pessoas envolvidas em combate ou mesmo colegas que participaram no conflito. Retoma-se, pouco depois, a batalha não sem antes recapitular todo os episódios que fizeram aqueles dois aviões estar frente a frente. E assim sucessivamente: avança-se um pouco na luta, nova interrupção com entrevistas, retoma-se depois a «ação», não sem antes se fazer breve recapitulação de todo o enredo.

Quando se trata de reconstituição de um acontecimento histórico, ou de uma descoberta científica, usam-se frequentemente os mesmos artifícios. O que terá acontecido para a cidade romana ter sido varrida do mapa? Explorara-se a hipótese um, a dois... Queira agora acompanhar o nosso repórter quando ele se esforça por finalmente revelar toda a verdade sobre este obscuro acontecimento... E quem diz uma cidade romana que desapareceu, poderia referir um outro acontecimento histórico ou natural que requeira urgentemente esclarecimento científico.

É claro que a descoberta do problema científico já aconteceu anteriormente – com maior ou menor certeza – e não foi o locutor do

documentário a realizá-la (embora o pareça fazer). A descoberta científica simulada é frequentemente levada a cabo pelo próprio repórter do filme com o qual partilhamos as dificuldades e a ventura final.

Trata-se de estratégias de manter o suspense e, supostamente, prender o espetador ao trabalho. No entanto, se reflectirmos um pouco mais, veremos que se trata de mais do que isso. Referimo-nos à conceito central neste género de produtos. A passagem da ideia de que as coisas estão a acontecer novamente, que as descobertas estão a suceder-se no momento em que elas são filmadas e, assim, promover um sentimento de proximidade entre o espetador e o locutor.

Outra consequência deste género de estratégias é a perda do sentido simbólico do que se está a ver. Se as coisas estão a acontecer sob os nossos olhos, como ter um distanciamento crítico? Como pô-las e perspectiva e relativizá-las?

Novamente a questão da subjetividade da pessoa que assiste a este produto televisivo... Quer-se remetida para a cómoda posição de consumidor acrítico do produto televisivo, acompanhando as operações lógicas de pesquisa e de conclusão, mas sem as situar num contexto abrangente. Novamente, atido ao nível concreto das operações lógicas imediatas, com acesso vedado à dimensão das operações abstratas.

Outro fenómeno que se observa recorrentemente tem que ver com mecanismos de propaganda norte-americana e cuja deteção deve deixar-nos alerta contra os mecanismos a que nós próprios somos submetidos: os factos históricos, mesmo nos locais mais improváveis da antiguidade são comparados com a atual realidade americana. Ilustremos: como Nova Iorque hoje, a Babilónia era, para a época, uma moderna e gigantesca cidade que atraía pessoas de todo o mundo conhecido (imaginamos a intervenção de um locutor americano num programa sobre história antiga).

Mesmo no estudo de tempos antigos, de guerras e de hábitos de povos sobre os quais pouco se conhece, a audiência é constantemente remetida para um aqui e agora. Note-se que existem circularidades históricas e fenómenos que se podem replicar nas eras mais diversas do nosso percurso enquanto espécie humana. Trata-se, no entanto, de um mecanismo diferente, que comunga de um movimento transversal a outras formas de comunicação: um centrar-se nas emoções, no instante, na ditadura do presente que – não nos cansamos de sublinhar – incentiva a hipomnésia a que Stiegler se refere.

Os noticiários

Os noticiários repetem constantemente as catástrofes que se sucedem por este mundo. Somos muitos e não é possível que todos os dias não morram pessoas, se sucedam acidentes e roubos, as mais incríveis desgraças. Da mesma forma, poderíamos ver tudo como se fosse um mar de rosas: todos os dias há pessoas a sacrificarem-se por outras, a casarem-se, a ter filhos ou a conseguir objetivos pelos quais lutaram por anos e anos.

Thoreau dizia, já no século XIX, antes das nossas sociedades terem sido invadidas sistematicamente pelas tele, não querer ler jornais, uma vez que sabia de antemão o que estava lá escrito. As variantes são algumas mas, se pensarmos bem, a história de fundo é sempre a mesma.

Apesar de tudo, o sentimento de insegurança foi-se alastrando, os movimentos de pânico moral já identificados por Stanley Cohen sucedem-se. Assim, apesar de não conhecer ninguém a quem tenha sido roubado um filho, vivemos com medo que isso nos suceda; apesar de não termos assistido a nenhum assalto, achamos a nossa cidade cada vez mais insegura.

A tele substitui-se progressivamente à nossa experiência do mundo. Necessitamos dela? Talvez... Sabemos que é difícil estar a par do que acontece sem a ajuda dos media. É claro que as coisas se sucedem num tempo muito mais rápido do que noutras épocas da história humana – no entanto, é difícil aceitar que a tele faça essa substituição tão completa da nossa experiência pessoal e humana.

É um pouco neste sentido que Stiegler defende que os media destroem a realidade. Destroem a realidade porque a substituem por imagens. Imagens de perigo, de insegurança mas também imagens de manipulação política.

Afloramos, pois, a questão das notícias e dos noticiários em tempo de guerra, no ocidente. Vários repórteres de guerra franceses e outros desmascararam diversas mentiras e segredos na altura da guerra civil na antiga Jugoslávia. Também os governantes britânicos e americanos reconheceram ter feito «erros de cálculo» e que Saddam não possuía de fato armas de destruição massiva.

Como é que a guerra surge nas nossas televisões? Normalmente o líder inimigo, demonizado, comparado a Hitler, não surge na televisão. Por outro lado, a facção que é apoiada pelo ocidente assume-se como defensora da liberdade. A violência da guerra nunca emerge, não podemos chocar as audiências – as bombas são inteligentes e cirúrgicas. Eis que surgem dois ecrãs: a câmara filma o radar do avião acompanhando o míssil. A explosão dá-se mediada por dois ecrãs, sem ruído, como se fosse uma pequena operação cirúrgica para extrair um incómodo quisto.

Paradoxalmente, a batalha surge mais real nas notícias com bombas que não explodem ou através de explosões longínquas e inofensivas: estas explosões são inteligentes e só por lamentável lapso – atribuído a erro humano não às bombas que, recordamos, são inteligentes – se matam todos os comensais de uma boda algures numa montanha do Afeganistão.

Apesar destas incongruências ninguém nos deve fazer suspeitar que estamos numa sociedade transparente e que a guerra nos é trazida em direto para casa, num canal da nossa preferência. Cá está novamente a glorificação do presente que, de pronto, nos é explicado por um opinion maker esclarecido.

A internet: cesuras

A internet acaba por ser responsável pela aceleração da circulação da informação com todas as vantagens e inconvenientes. Claro que o acesso e a acessibilidade da informação poderão aumentar as vantagens e as escolhas de cada um de nós. Rapidamente: poderemos aceder ao que quisermos, saber onde se encontra um livro, descarregá-lo ou simplesmente ler um artigo no nosso portátil. Também no que diz respeito à possibilidade de publicitar um evento ou ainda de nos aproximarmos dos interesses de uma determinada pessoa – com tudo o que isso possa ter de bom mas também de mau como a devassa da privacidade ou o cyberbullying – as facilidades nunca foram tão grandes como hoje.

A velocidade comunicacional é admirável mas também se perdem muitas das outras dimensões relativas à interação humana. A presença dos corpos, de terceiros elementos na conversa. Mesmo quando falamos através da webcam esses elementos estão ausentes. Ganham-se e perdem-se coisas. Encenamos eus alternativos ou fingimos ter reações de segurança e confiança que não conseguimos manter na vida real (não, não é um pleonasma).

É difícil defender que o espaço da internet despoja do indivíduo da sua subjetividade... Mas num olhar mais atento poderemos identificar elementos alienantes. Em primeiro lugar através da torrente informativa, por exemplo no nosso e-mail: a quantidade de mails com publicidade, a quantidade de links interessantes que nunca teremos tempo de ler. A atenção fragmenta-se e impacienta-se: de tanto navegar por páginas nas quais só se leem os títulos principais, a concentração deixa de ser trabalhada e só suporta o pequeno texto com conclusão rápida. Eis um movimento alienante, especialmente junto daqueles que cresceram com estas tecnologias e se encontram mais afastados dos livros.

Depois, pelas condições em que a subjetividade é encenada, o modo como o internauta se consegue afirmar como sujeito ativo daquilo que está a fazer: como se relaciona com a informação de um motor de busca (é mesmo verdade o que lá está escrito? Onde se poderão pesquisar histórias alternativas? Como é que um link surge em primeiro lugar num motor de busca?). Neste sentido, um hacker facilmente copia para um disco os livros correspondentes a uma biblioteca inteira... que depois não lê.

Uma outra ilusão que este meio faculta tem que ver um solipsismo, ou seja: com uma vertente narcísica inerente, por exemplo, à utilização de redes sociais. A propósito de tudo posso fazer uma pequena notícia e proceder a divulgação. E faço isso cada vez mais facilmente: através do telemóvel por exemplo. Também consigo pôr on-line os meus trabalhos, desenhos e receber os mais rasgados elogios de amigos – que afinal não percebem nada sobre o assunto, devolvendo-me uma imagem inflacionada do que estou a fazer.

Outro aspeto central deste movimento tem que ver com a forma como as interações entre as pessoas se acabam por estruturar. Vamos trocando links de músicas, fotografias que achamos interessantes... Trocamos mensagens escritas, falamos através da webcam... Trata-se de um campo ambíguo em que se podem conhecer pessoas e trocar experiências realmente interessantes ou perseguir um autêntico logro. Neste aspeto, temos já acompanhado em consulta de psicologia diversos casos de pessoas que se apaixonaram por outras que não existiam na realidade, que substituem a vida real por uma imersão completa no virtual.

A este propósito partilhamos o texto seguinte, construído a propósito de o aparecimento de um certo género de cyber cafés em Tóquio³. Ei-lo:

³ Os *cyber-cafés: o mundo virtual e a dissipação dos corpos*, Primeiro de Janeiro, 31 Outubro 2007.

Passou a ser quase lugar-comum, quando se fala na internet, sublinhar-se os perigos de um espaço que é volátil, em que as identidades não estão definidas à partida. Multiplicam-se os mal-entendidos, algumas vezes bem desagradáveis. Avisem-se os incautos pais: é preciso saber se as filhas passam demasiado tempo ao computador, podem estar a falar com desconhecidos, cheios de malévolas intenções. A interação informática despoja os comunicadores do não-verbal, de certos traços afetivos que acompanham qualquer conversa. De repente, o perigo espreita no interior da nossa própria casa.

O mundo virtual traz vantagens que todos nós sabemos, mas também nos despoja de muito. O caso das salas de conversação é, a seu modo, paradigmático: as pessoas entram num suporte informático e conversam, a coberto de identidades fictícias, umas com as outras. Porém, não se conhecem realmente e, os que usam várias vezes o mesmo nick, acabam por criar uma rede de conhecidos que não o são. Ao interagir apenas por trocas de frases, como acontece nessas salas, as pessoas imaginam o que o outro é, sem se confrontarem com situações que possam desfazer essa imagem. Daí que os encontros possam correr mal e trazer muitas deceções.

Mas já vai sendo tempo de justificarmos um pouco o título do texto de hoje. Nele, falamos de cyber-cafés e na dissipação dos corpos. Sobre a dissipação dos corpos já nos alongámos um pouco: a perda da voz, do não verbal... em relação aos cyber-cafés nada dissemos. Ora este género de estabelecimentos está ainda pouco em voga no nosso país. Ele oferece um serviço normal de cafetaria, ao mesmo tempo que aluga computadores com acesso à internet.

É aqui que nos confrontamos com a verdadeira dissipação dos corpos. Trata-se de um novo fenómeno social, emergente no Japão: há um crescente número de jovens que passam o dia todo nestes estabelecimentos. No país do sol nascente existem lojas desta

categoria que estão permanentemente abertas, disponibilizando duches. Assim, muitos trabalhadores, em vez de regressarem a casa ficam a noite toda na net. Há também formas, mais ou menos mascaradas de sem abrigo, que habitam nestes espaços. Imaginem: todas estas pessoas ficaram, involuntária mas também voluntariamente isoladas da família, dos amigos reais... O monitor informático serve-lhes todas as necessidades.

Certamente que o virtual brilhará mais. Sem dúvida que os amigos imaginários terão muito menos defeitos e concordarão mais connosco. Será também fácil realizar os desejos que nos acompanham e que nunca quisemos admitir... mas é tudo resolvido no virtual, porque o corpo, esse, fica do lado de cá, preso como está à sua materialidade. Daí que os jovens japoneses o maltratam: que fique num lúgubre cyber-café, enquanto o eu imaginário vive uma paixão simbólica, aquecida por um sol virtual e infalível.

Vemos então como a internet pode despojar os indivíduos da vivência holística do seu próprio eu, dissociando-os da vivência do corpo e reduzindo a experiência de comunicar com outro ser humano ao ato de teclar ou de trocar impressões através de uma câmara. Fragmentação e dissociação do todo humano através da máquina informática.

É também na internet que mais facilmente se constata a aceleração informativa e o modo como a verdade é abafada por um acesso diferencial aos meios de informação. A Islândia, no início da crise, decidiu não garantir a solvência dos bancos falidos... A escolha passou despercebida, ao mesmo tempo que se reiterava nas televisões e através de grande parte dos opinion makers que Portugal não tinha outra hipótese a não ser endividar-se ainda mais e segurar o seu sistema bancário. Da mesma forma, se apresentou um país refém das decisões europeias (nos finais do século XIX, em posição idêntica a diplomacia nacional foi muito mais ativa e ameaçou vender

colónias a esta e àquela potência por forma a conseguir dinheiro a taxas de juro mais convidativas).

Internet: o planeta dos robots

Outro aspeto tem que ver com o advento dos robots. Chama-se também robots aos programas informáticos construídos com diversas funções: desde aquele que busca mails e depois divulga mensagens publicitárias; àquele que é programado para funções de censura e vigilância. Neste caso, os programas são construídos no sentido de identificar certas palavras-chave que se poderão relacionar com conteúdos perigosos ou inconvenientes.

Demo-nos conta desta situação quando pesquisávamos numa plataforma de partilha de vídeos. De quando em vez íamos ouvir a música de um grupo que nos foi caro na adolescência os Kadafi. Ocasionalmente lá seguíamos o link e escutávamos uma ou duas músicas. Durante o conflito da Líbia todos eles foram eliminados dessa plataforma. Achámos que era algo mais do que uma coincidência.

Sabemos que existem programas que detetam mails e que basta um engano a tentar aceder a uma dada plataforma para que sejamos obrigados a digitar uma série de números e letras, apresentados de forma irregular, de modo que o site tenha a certeza, uma certeza aproximada, que se trata de um utilizador humano.

A internet, aumentando o fluxo informacional e sendo uma matriz essencial ao funcionamento das sociedades modernas, é ao mesmo tempo um campo de experiências bastante inovador (e também bastante assustador). Vejamos: ensaiam-se formas de interação humana baseadas na tele e na fragmentação, efetuada de múltiplos modos. Tenta-se replicar aí a experiência multissensorial e multivetorial dos homens.

Constitui-se de igual forma como um esteio de exteriorização do pensamento ao armazenar informação mas também conclusões sobre

determinados assuntos. Finalmente, o humano confronta-se com programas informáticos que pouco a pouco se constituem como uma alteridade e neste sentido um site de correio eletrónico a pedir-nos que digitemos um código, de modo a assegurar-se que não somos robots, é bastante paradigmático.

As Redes Sociais: a celeridade ineficaz?

As redes sociais como um dos espaços em maior ascensão na internet. Constituem-se cada vez mais como uma ferramenta para as massas. Indignações e subscrições sucedem-se, adesões a causas sociais e de solidariedade vária... Ao mesmo tempo, tudo se aproxima do espetáculo, eis uma frase a este propósito:

(anuncio nas redes sociais): «a tomar café...»

Uma crónica anónima saída num jornal português nos finais século XIX chamava a atenção que numa sociedade futura por ele imaginada, tudo seria objeto de notícia, a intimidade, a pequena altercação entre vizinhos: tudo isso seria noticiado a uma velocidade estonteante. O vaticínio cumpre-se no modo de funcionamento das modernas redes sociais, em que tudo se comenta e pode ser lido por todos (com nuances certamente).

Nova partilha e uma outra: a indignação fácil e o sentimento de se poder ajudar alguém com um simples clique, sucedem-se em catadupa. Ondas de vontade massificadas ou, como referiu José Gil, de subjetividades normalizadas. O clique é tão rápido como um não pensamento: raciocinar com palavras-chave, aos tropeções, truncando a realidade. Eis o que nos espera.

Os textos têm de ser de ser reduzidos ao mínimo e sem grande grau de complexidade. Temos de alcançar o máximo de pessoas, no mínimo intervalo de tempo possível. Mas alcançar com quê? Veicular uma mensagem simples, que afinal não quer dizer nada? Vale apenas o entretenimento?

Defendem alguns que o critério do sucesso de um texto ou de uma obra em geral depende do número de vezes em que ela é «clificada» ou partilhada em redes sociais. Subitamente, de realidade alternativa, a internet impõe-se à realidade real. O número de

partilhas é um quantificador performativo ou seja, de eficácia, que se transforma assim num critério de verdade.

Que te importa que tenhas a tua verdade, se essa verdade é inconsequente e não produz cliques, nem fluxos informativos?... Pelo contrário a minha mentira é popular e foi partilhada imensas vezes... Sigam-me meus amigos! Vão a este link e deem-me apoio: gostem e partilhem.

As redes sociais definem também uma nova plataforma de pensamento. Os novos «pensadores» repetem a propósito do virtual lugares comuns e erros de pensamento: a popularidade é um critério de verdade. Deste modo, o pensamento é reduzido ao mínimo, como valor de per si, e poderá ser levado onde nós quisermos ao sabor de cliques e fluxos internáuticos.

Mais uma vez estamos perante um mecanismo alienante, que coisifica o pensamento, tornando-o um objeto transacionável. O sujeito é novamente empurrado para a posição de consumidor passivo e alienado do processo. A subjetividade é procurada em cada sujeito e exposta na rede para que seja clicada.

Paradoxalmente, as redes sociais são também espaços integradores de diversos movimentos de exclusão das sociedades modernas. É sabido que o espaço urbano atual é organizado tendo em linha de conta uma série de afastamentos. Vivemos no interior do automóvel, temos a nossa rede social de apoio espalhada pelo tecido citadino, os nossos filhos frequentam escolas em locais afastados entre si. Passamos apressados pelas coisas que se vão sucedendo no espaço público. Grande parte de nós vive em apartamentos, conhecendo mal a sua própria vizinhança.

Procuramos a proximidade na televisão, na rádio ou nos tradicionais jornais. São eles que nos contam à sua maneira, de um modo alarmista, o que se vai sucedendo. As redes sociais operam

também neste afastamento, ainda que possuam elementos específicos que só a elas dizem respeito.

As redes sociais permitem um espaço virtual em que se mantêm amizades e contactos com o mínimo esforço possível. Criam-se rotinas e uma espécie de presença que está no lugar da antiga praça, da taberna ou da aldeia: partilham-se ligações, comentários, por vezes acende-se uma discussão ou mantém-se uma conversa privada com um amigo ou conhecido. Para muitos, as redes sociais funcionam ainda como modo de conhecer pessoas, inclusive para fins afetivos ou meramente sexuais.

Também neste género de plataformas internauticas se podem criar unanimidades que arrastam consigo pessoas. As correntes de solidariedade ou ainda as indignações coletivas invadem de tempos a tempos estes espaços. Formam-se ainda ondas de ativismo que por vezes invadem o mundo real e o tentam transformar.

Vivemos perante um espaço que se encontra dividido entre as correntes massificadoras, alienantes, e um espaço social de características inovadoras que permite a emergência de novas formas de relação entre as pessoas.

De um modo geral, podemos atribuir às redes sociais as mesmas tendências fraturantes que assinalámos a propósito de outras tele.

Outra dimensão importante que temos detetado nas redes sociais passa pela partilha na internet de aspetos relacionados com dimensões da vida que até há bem pouco tempo poderiam ser consideradas do foro privado. Essa redefinição não acontece apenas com os mais novos, no sentido que expõem na rede as suas desavenças em termos de amizade, mas também no que concerne às relações afetivas. Partilham-se também processos de luto e de falecimento de entes queridos, esperando apoio da rede e até partilha de mensagens referentes a pessoas próximas que faleceram. O virtual torna-se uma companhia, um outro que é vivido em termos positivos e de quem se espera mensagens de apoio e esperança.

Pode, ainda, esperar-se a difusão de mensagens referentes à pessoa que acabou de desaparecer.

As redes sociais são também um espaço de recriação de identidades que eram mais virtuais, passe-se a expressão, nos contextos do chat e outros do mesmo género. As redes são, a seu modo, um espaço ambíguo... Ambiguidade, aliás comum a outras teles sobre as quais temos vindo a escrever: o virtual que se apresenta como real. Um embuste: é um eu encenado com o que se pode apresentar e o que tem de se ocultar, por vezes gerindo essas sombras em diversas contas diferentes, mas que surge com uma fotografia do próprio que é depois sublinhada com a objetividade das formações e dados pessoais que se facultam.

É neste magma de referências e desejos que muitos atores se relacionam consigo mesmos, inventando outros eus, ficcionando-se a si mesmos, inventando um espaço que preenche a solidão ou outro tipo de necessidades não satisfeitas no mundo real. Notámos já todas essas tendências num estudo a propósito dos chats (Tinoco, 2008) mas que se recriam de uma nova forma, naturalmente, nas diversas redes sociais.

São a estes aspetos que dedicaremos o próximo tópico.

Redes sociais: o dispositivo confessional

Foucault refere a construção de um dispositivo confessional como uma forma de controle social no Ocidente. Trata-se não do cristão eternamente em falta a expor os seus pecados, em privado, ao seu padre, tentando obter um caminho para a salvação da alma, mas da transformação deste movimento em ciência.

As ciências psi procedem de idêntico modo: recolhem, no consultório, os pensamentos, cognições, a subjetividade dos clientes. Há uma cura pela palavra?, pela reflexão através da palavra? Cremos que sim.

O dispositivo confessional atual, se encararmos as redes sociais na sua dimensão confessional, opera sem pessoa concreta, responsável por essa confissão. Referimo-nos, concretamente, às plataformas «internáuticas». É nas redes sociais, nos blogues, fóruns que as subjetividades contemporâneas se revelam.

Trata-se de pequenos espetáculos que podemos promover. Declaro num breve post: «a comer tremoços numa esplanada». Sou apoiado pelos meus contactos virtuais. Confessamos então minudências do nosso quotidiano. Podemos assim ser observados em caso de suspeita, real ou infundada, como nunca os nossos antepassados o foram.

O conceito de panótico translada-se para o virtual. Existe também a possibilidade deste dispositivo confessional poder ter virtudes terapêuticas. Assim existem movimentos de interajuda entre utilizadores de redes sociais e até experiências e movimentos incipientes que relacionam as virtudes terapêuticas: o facebook pode ajudar a tratar a depressão? (Jornal de Notícias, 2012). Na mesma peça existe ainda uma referência depressão facebook que começa a surgir em certas faixas etárias.

Moreno, Jelenchick et al. (2011) estudaram a prevalência de sintomas relacionados com sintomas depressivos numa amostra de jovens entre os 19, 20 anos e mais. Cerca de 25 % dos perfis analisados continham referência a este tipo de problemática. Estes autores não sabem ainda, até por que se trata de um trabalho com propósitos epidemiológicos, qual o sentido que estes comportamentos acabam por ter.

Existem também uma prática crescente de e-counseling e uma série de formas de ajuda via internet, que já são reguladas através de cartas de boas práticas e diretrizes éticas (Yaphe, 2010). Neste caso são as próprias práticas tradicionais do dispositivo confessional que se transladam para o novo meio constituído no mundo virtual.

A informatização da fantasia

Um outro aspeto que nos parece fulcral no surgimento de plataformas informáticas, quer estejam ligadas à web ou não, tem que ver com a informatização da fantasia. É certo que a literatura oral, as estátuas do mundo antigo cumprem, consubstanciam necessidades de narração e catalizam as necessidades imaginárias das culturas em que surgiram. É o que pretende Leroi-Gourhan, segundo Stiegler, ao chamar a atenção para a função mnésica que a tecnologia traz consigo, permitindo a transmissão de conhecimento entre as diversas gerações humanas.

No entanto, nunca como agora, a fantasia e o imaginário surgiram pré-formatados num sem número de aplicativos informáticos. Listemos alguns exemplos e comecemos pelos mais novos. Na última década surgiram canais televisivos dirigidos a públicos alvo específicos, desde os recém-nascidos aos adolescentes. Também diversas aplicações informáticas permitem a construção de desenhos com cliques e a pintura dos mesmos através de movimentos do rato.

Aos poucos, a combinação de teles, permite a externalização de importantes partes da fantasia e do imaginário. Os personagens da narração não são apenas contados, mas surgem concretizados nos desenhos animados. Posteriormente, essas mesmas personagens são disponibilizadas em desenhos que podem ser pintados em suporte digital, e portanto sem canetas ou lápis de cor, exigindo um outro tipo de motricidade fina.

A este respeito um colega comentou que notava uma crescente imaturidade, em termos de destreza, na área do desenho, por parte dos mais novos. A afirmação do psicólogo, com experiência de décadas de clínica é assaz curiosa e vem um pouco no sentido de

confirmar uma mudança no que diz respeito à psicologia do desenvolvimento.

Também os mais velhos são objeto de uma intensa exposição a séries e telenovelas, estruturas narrativas que possuem por si mesmas um potencial de alienação enorme. Aliás, a própria televisão no seu todo funciona nesse sentido. É à exploração destes aspetos que dedicaremos os próximos tópicos.

As telenovelas: mitos do eterno retorno

Interessa-nos agora refletir sobre a função de algum gênero de narrativa televisiva, o modo como ela se apresenta perante a audiência. Ou seja, pretendemos desvendar o lugar que ela ocupa nas sociedades televisivas atuais. Para isso, dedicaremos um primeiro ponto à função que este gênero de programas desempenha na sociedade atual. Num momento posterior, refletiremos nas consequências que elas parecem nas pessoas que as consomem, nomeadamente no que concerne a dimensões afetivas e de educação emocional. Eis um texto que publicámos sobre o tema Mitos do Eterno Retorno⁴, inspirando-nos no título da famosa obra de Mircea Eliade.

Estamos rodeados de aparelhos e dispositivos eletrónicos de várias proveniências, de indubitável modernidade, mas no seu âmago encontramos a mesma matéria humana que nos acompanha desde que começámos a pintar cavernas: estamos rodeados de histórias que não se movem. A expressão surge a propósito da estrutura subjacente ao espetáculo das telenovelas. Efetivamente, podemos, a qualquer momento, entrar numa dessas histórias, abandoná-la para a retomar mais à frente: ela está sempre no mesmo sítio.

No mesmo sítio e nos mesmos temas: amor não correspondido; amor proibido; amizade traída; perda de uma pessoa querida, etc, etc... Mas esses temas não são organizados numa história que se dirige a um desfecho. Eles combinam-se e recombina-se em indecisões eternas que subitamente se interrompem. O final catártico surge inopinadamente: os maus são castigados; os bons, finalmente, recompensados.

⁴ Mitos do eterno retorno, *O Primeiro de Janeiro*, 29 Agosto 2007.

A telenovela socorre-se de uma narrativa que imita um gesto antigo: conta uma história que tem um pico de tensão e interesse, para depois proceder por retrocesso. O segredo destes folhetins reside precisamente aí: na arte de fazer avançar a ação, para de seguida a diluir e recomeçar tudo de novo.

O João Olhos d'Água apaixona-se pela Maria Arco-íris, sofre com a desilusão amorosa, para depois agir como se não tivesse memória: aproxima-se de outra bem-amada. Reconta-se novamente a mesma história. E isto, para os vários temas que enumerámos.

O conhecido autor Mircea Eliade desenvolve a ideia de Eterno de Retorno, a propósito da vivência do tempo em tribos primitivas. A circularidade das estações e dos acontecimentos estruturava um quotidiano em que o novo e o inesperado eram repudiados. Tudo o que interessava resumia-se aos acontecimentos já inscritos nos mitos iniciais.

É claro que esta ideia foi sendo diluída noutras cosmovisões, mas também não deixa de ser verdade que a sua importância é ainda relevante: o Natal, a Páscoa, os Santos populares mimetizam as festas solares e, neste sentido, são feridas da mesmíssima lógica circular.

Habitamos, porém, uma civilização em que o tempo deixou de estar na dependência direta dos astros. Será que as novelas são uma expressão de um eterno retorno, no âmbito de um tempo coletivo que é cada vez mais marcado pelos media? É que as telenovelas conseguiram construir uma estrutura em que o novo se tornou completamente previsível... tal como acontecia nas aldeias mais recônditas com os seus mitos e as suas crenças.

Eis um outro modo de encarar a ideia de aldeia global.

Mas não é apenas este quotidiano que está em jogo nesta forma de contar histórias, num outro texto abordámos o assunto. A anestesia subjacente a este expurgar do novo e da novidade não

impossibilita outros movimentos de alienação. É o que pretendemos analisar no texto Telenovelas e educação emocional⁵ O que estamos a ensinar e aprender quando vemos estas histórias televisivas?

As telenovelas constituem uma estrutura narrativa bastante peculiar. A história desenvolve-se em torno de personagens com características muito vincadas: X é mau, Y extremamente ingénua e sofredora. As paixões e os ódios sucedem-se em catadupa. Presenciamos diversas discussões em que os gritos e as mentiras acabam por predominar. A todas estas bizarras sucedem estranhos desenvolvimentos: a paixão arrebatada e eterna desvanece-se no episódio seguinte para, no início da semana, ser completamente substituída por um novo amor.

Em sucessivos episódios: as emoções fortes despoletam discussões, desacatos e mentiras; as personagens incoerentes assumem pouca responsabilidade face ao que sentem (e isto quer os bons, quer os maus – carreguemos no raciocínio dicotómico). As telenovelas procedem através do espetáculo em que o presente acaba por diluir tudo - o que está passado e o que poderia advir no futuro.

Na nossa prática clínica deparámo-nos com várias crianças de cinco e de seis anos que diziam que o programa de televisão de que mais gostavam era precisamente uma telenovela. Foi perante este panorama que nos interrogámos: quais as consequências que estas preferências acarretam? Que modelos emocionais estão a ser disponibilizados para os mais novos?

Claro que podíamos colocar aqui a questão das práticas parentais e das regras existentes em casa. No entanto, o que nos impressionou em primeiro lugar foi refletir sobre a natureza de um produto que capta audiência desde a infância à terceira idade. Depois, o assunto deste texto: que modelos emocionais fornecemos nós aos mais

⁵ Telenovelas e educação emocional, *Primeira Mão*, 30 de Abril de 2011

pequenos, não só no que concerne a uma certa coerência emocional mas também no modo de expressão dessas emoções?

Os desacordos implicam invariavelmente impulsividade, alteração de voz. Muitos dos diferendos mergulham os personagens em complicadas tramas de vingança. Outros ainda em complexas pantominas que acabam por desaparecer e dar espaço a novas peripécias como se não tivesse existido ontem nem amanhã. Eis os modelos com que os mais novos - e já agora todos os outros - acabam por conviver diariamente através da televisão.

Podemos sempre escolher a via menos problemática. Com efeito, é mais fácil apelar as gerações de «rasca», apontar-lhes este e aquele defeito, mais difícil é assumirmos as nossas responsabilidades e falhas como educadores. Educar não se cinge à sala de aula, nem sequer às famílias, mas também implica a reflexão sobre outros contextos como a questão da influência dos mass media. Impõe-se estudar aqui a influência da publicidade e também a natureza das histórias que são disponibilizadas. Chamamos atenção para os modelos de expressão emocional que são veiculados pela televisão.

Encarar-se a educação emocional como um campo complexo e global é, deste modo, incontornável em termos do desenvolvimento salutogénico das populações. Já é tempo de incentivarmos uma saúde mental harmoniosa entre nós.

Focamos assim dois aspetos que consideremos importantes no modo como muitas telenovelas surgem nos nossos ecrãs domésticos. São garante de quotidiano, como se fosse o modo mais seguro para garantir que o mundo não sai do lugar. Ao mesmo tempo fornecem formas de expressão das emoções imaturas, em que a impulsividade impera. Também uma leitura longitudinal dessas emoções não nos garante conclusões satisfatórias: vemos personagens que se rendem a um sentir incoerente e sucessivo. Gosto de X, depois de Y, não sou

responsável face ou que sinto e depois nem sei bem o que sinto. As emoções são também pretexto para a mentira e o enredo faz-se e desfaz-se ao sabor da conveniência das audiências.

A televisão

Fonte infinita de imagens, imagens desprovidas de subjetividade... Foram limpas da ambiguidade do mundo e da vida humana. Apresentam-se assim como um lugar religioso: o da mulher esbelta e sobre humana, a do homem convicto que endireita o mundo com as suas próprias mãos.

Ao mesmo tempo que impõe ídolos e modelos à audiência, as pessoas normais são apresentadas na sua contradição e impotência. Curvam-se perante a prepotência do locutor do concurso, fazem isto ou aquilo na esperança de ganhar algum dinheiro. As mensagens são aqui fortes e estranhamente indicadoras: tudo tem um preço, a dignidade não existe ou pelo menos pouco vale – em termos monetários.

A audiência é dotada da limitada onnipotência (é um contra-senso mas um contra-senso real) de um telecomando. Mudam-se os canais à procura de uma imagem ou uma passagem que agrade transitoriamente. Dentro em pouco a atenção flutua para outros objetos, indecisa e fugaz.

É um funcionamento que requer escassa concentração, pouco processamento. Os dados são percecionados e quanto muito chegam à memória de curto prazo. Ao ir para a cama já pouco se lembrará a que tipo de mensagens assistiu. Amâncio Pinto (1991) fornece a este respeito, na linha da psicologia experimental, a importância que o investimento no percepto tem na passagem das informações da memória a curto prazo para a memória a longo prazo.

Estamos perante um estado de semi-vigília em que a atenção flutua indiferenciadamente de um estímulo para outro, como se estivéssemos perante uma deriva. É neste estado que se recebem informações noticiosas ou ainda mensagens publicitárias das mais variadas proveniências. É produto e causa deste estado o zapping,

pequena onipotência doméstica em que o telespetador escolhe as imagens que se repetem em diversos canais, existindo por exemplo uma sincronização dos períodos publicitários e uma repetição dos anúncios, ao mesmo tempo que se adaptam a diversos públicos alvo, com características específicas em termos de poder de compra, perfis de interesse e de consumo.

Tenho mais de duzentos canais e nada para escolher...

Huxley no *O Regresso ao Admirável Mundo Novo* elencava uma série de tecnologias tendentes a aumentar o controle social. Sublinhava precisamente o poder condicionante das estratégias publicitárias ao fim do dia, em momentos em que o cansaço e a distração das audiências garante precisamente uma maior vulnerabilidade às mensagens veiculadas.

Mais um exemplo em que a tele se arvora de um poder que serve outros interesses. Tudo se passa como se os ecrãs se tomassem ares de uma grande autoridade e tratassem o humano como um objeto. Assim, à custa de ser tratado desse modo, muitos de nós começam-se a comportar de acordo com essas expectativas.

É também curioso pensar sobre a forma como as notícias são organizadas, quer em termos de sequência, quer no que diz respeito à própria natureza das imagens. Em relação às imagens repetimo-nos novamente: devemos interrogar-nos sobre quem não aparece nas imagens, sobre quem se diz mal, que tipo de metáforas se utiliza. Os ditadores que foram sendo apoiados por décadas e décadas, mas que agora se pretende apejar, são imediatamente comparados à figura nazi.

Em relação à sequência de imagens e descentrando-nos do conteúdo verbal, podemos retirar bastante informação, no que diz respeito a formas de controle social e propaganda política. Assim, as manifestações de Outubro de 2011 em Portugal, foram noticiadas de forma bastante curiosa: abriram as notícias mas rapidamente seguiram-se diversas entrevistas a pessoas que, disseram, não

querer perder por nada os dias de praia que ainda se faziam sentir e, mais à frente, por outras notícias em que o reforço policial era elogiado e vários políticos defendiam que não iriam pactuar com aqueles que queriam destruir o país. Uma mensagem em que se escalam posições...

Ou seja: a manifestação, a alternativa de não se ralar e ir-se para a praia ou a via da violência... Mensagens subliminares junto das outras, mais visíveis, numa sequência de quem sabe muito bem o que faz em termos de manipulação de massas.

Outro aspeto importante tem que ver com a repetição de imagens. Imagens que provocam emoções ou sentimentos fortes em geral são repetidas à exaustão. Tudo vale para prender audiências e aumentar os lucros publicitários. Novamente uma fragmentação das mensagens: pois enquanto os comentadores e os jornalistas comentam os factos e as posições dos diversos intervenientes nos acontecimentos, as imagens repetidas e chocantes sublinham a emotividade e, em último recurso, a irracionalidade.

Uma imagem pode matar uma carreira... Sem apelo a qualquer outra forma de racionalidade. Como se se tratasse de uma armadilha mortal em que alguns incautos ficariam agarrados. Entre nós um exemplo deste fenómeno observou-se quando Manuel Pinho, ministro da economia do governo de José Sócrates, fez uns «corninhos» a deputados da oposição de então em plena Assembleia da República. Independentemente das ideias e ou de outra forma de história acabou por pedir a demissão do governo. Os comentadores desse dia defenderam a sua excelência técnica, apesar de alguma dificuldade em ser político – alguma dificuldade em lidar com as imagens e a pressão mediática acrescentamos nós.

As imagens erradas ou politicamente incorretas podem destruir carreiras mas também alimentam uma franja importante dos media.

A imprensa cor-de-rosa e a figura do paparazzi é, a este respeito, paradigmática: mantém um voyeurismo de imagens da intimidade, da vida privada dos ídolos que habitualmente surgem nas imagens desprovidas de subjetividade – ou servidas de subjetividade programada se assim o quiserem – das telenovelas ou das séries que acompanham o quotidiano das audiências. Existe assim o interesse, a curiosidade em saber como é que essas mesmas pessoas, esses ídolos, se comportam noutras esferas da vida. O voyeurismo é ainda mais intenso, se esses ídolos tomarem decisões erradas ou tiverem comportamentos incorretos socialmente.

A formatação da subjetividade, a importância que é dada à emotividade tem depois todos estes reversos – que para os interessados podem constituir-se como um poder destruidor. Os reality shows são, a este respeito, produtores de imagens politicamente incorretas e assim emotivas e irracionais – capazes, por isso, de captar audiência.

As imagens incorretas ou que apelam à emotividade atraem a atenção das audiências. De preferência não devem pôr em questão certas dimensões políticas, porque cada vez mais os media estão ligados aos poderes políticos e económicos, numa enorme teia onde não se consegue vislumbrar o início e o fim. De qualquer modo, e regressando ao assunto das imagens incorretas, quantas vezes nos divertimos com imagens de desportistas a errar nas suas decisões durante partidas ou competições; quantas vezes nos rimos com acidentes em corridas de automóveis – não quando eles acontecem e são objeto de notícia mas depois em compactos de imagens feitos para nos distrair...

Pertencem à mesma ordem de fenómenos as imagens de apanhados em que um transeunte, que podia ser qualquer um de nós, é apanhado em situações inverosímeis e efetua decisões erradas.

As televisões mostram-nos movimentos contraditórios. Por um lado, pretendem mostrar a realidade tal qual ela é, alcandorando-se a uma extrema posição de autoridade – uma imagem vale mil palavras. Por outro, as imagens, que provocam emotividade, ocorrem no noticiário ou então, mais sistematicamente, são produzidas através de uma série de estratégias: os reality shows, os apanhados, as situações inverosímeis. Autoridade e distração, um mesmo efeito: a degradação de espetador, como co-produtor de significados do que vê, num mero consumidor de objetos fabricados que o levam a pensar deste e daquele modo – destruindo em suma a sua subjetividade em prol de uma subjetividade industrial que perpassa toda a sociedade (conceito de José Gil, como já referenciámos anteriormente).

O regresso dos tabus do pensamento: o que se pode e o que não se pode pensar. As imagens emotivas e em geral a emotividade dos media têm depois o reverso... As reações emotivas face ao que não está de acordo com a forma de pensar politicamente correta. Temos entre nós exemplos alarmantes de congressos nacionais de partidos com plateias a apupar e a não deixar os dirigentes, que não estão em sintonia com a corrente dominante num determinado momento, de usar da palavra.

A indignação que se centra numa dimensão ou acontecimento condenável – os homens bomba e a morte de inocentes – mas que depois não concebe a tentativa de pensar nos motivos desses comportamentos. Ou ainda a pensar que género de violência poderá gerar atos tão desesperados. A tentativa de pensamento gera indignação, como se estivéssemos a desculpar os homens bomba e não apenas a tentar pensar acontecimentos que existem num contexto.

O pensamento exige um distanciamento de nós mesmos, uma tentativa de suspensão do nosso sistema de crenças – um difícil

conjunto de operações simbólicas que não se pode tornar refém de um etnocentrismo. A este respeito, citamos uma leitura que efetuada na adolescência e que já não conseguimos citar com precisão: o relato das invasões napoleónicas escrito por um inglês. O autor retratava-nos – a nós portugueses – como terroristas, semi-selvagens até. Sempre que um francês era capturado era submetido às mais ignominiosas torturas. O civilizado inglês dava ao seu inimigo francês o respetivo lugar do Outro, sendo nós remetidos a um estatuto indígena de inferioridade... Estávamos para eles, num lugar bastante semelhante ao que hoje concedemos aos terroristas – atos injustificáveis que existem isolados de outras respostas e que são testemunha de uma certa forma de inferioridade cultural. Simplificando: um português assassinou um soldado francês de forma condenável, logo os portugueses são uns selvagens.

É esta emotividade que impossibilita depois as operações de afastamento e de análise e vão construindo, com o tempo, um sistema de tabus e de áreas politicamente incorretas que dificultam a análise do que vai acontecendo no mundo.

Telemóveis

Em primeiro lugar um exercício etimológico. A decomposição da palavra dá-nos qualquer coisa como «o distante que se move». É curioso pensar na poética que a palavra possui, contrastando depois com o uso que se faz desta tecnologia: quer-se o distante perto, é o distante que deve substituir o perto.

Interrompemos uma conversa para atender uma chamada ou para ver uma mensagem. As mensagens são de texto mas também imagens ou pequenos vídeos rapidamente partilhados. Entre os mais novos o telemóvel pode até constituir-se como um instrumento de agressão. Há casos de violência filmados por telemóveis e depois partilhados em redes sociais. Noutros casos, estes aparelhos são usados em contexto escolar, no recreio ou no interior da própria sala de aula. É mais fácil procurar o que já se conhece na distância do telemóvel – isto é, falar com amigos ou com familiares – do que lidar com a socialização junto do grupo de pares no recreio ou ter de ouvir o professor.

É mais fácil não estar do que estar... mas será que isso é realmente possível, não estar na escola? Que tipo de consequência advirá deste género de práticas?

Outro aspeto importante tem que ver com a escrita da própria língua. Foi neste suporte tecnológico que aconteceu o primeiro boom de palavras novas, sinais e elementos gráficos incluídos na forma de escrita. Os sinais relacionados com o tom emocional e contextual do que está a ser escrito acabaram por se multiplicar. Referimo-nos aos tristonhos, risonhos mas também aos LOL e outras siglas dentro deste género. A escrita enche-se do não-verbal grafado e de gestos, aproximando-se assim de um tom informal.

A internet e os mais novos

A educação passou a prever nos seus currícula, no funcionamento normal, a inclusão de conteúdos e competências relacionadas com a internet. O nosso país durante a vigência de anteriores governos incentivou de uma forma sistemática a introdução da internet, cujo momento mais representativo, embora já interrompido foi projeto Magalhães.

No entanto, as consequências que poderão daí advir não foram minimamente estudadas. Fazem-se as parcerias, estabelecem-se os objetivos mas sem existir uma pesquisa séria e continuada sobre o que pode vir a acontecer. É claro que a ideia de familiarizar os mais novos com as tecnologias é um movimento indispensável. No entanto, pensamos que se veem as vantagens mas não se equacionam os inconvenientes que poderão daí advir, nomeadamente em termos de organizar um plano de monitorização e minimização de riscos.

A internet exige uma nova forma de administrar a atenção, novas competências de valorização e filtragem da informação disponibilizada. Um novo relacionamento com os produtos que são disponibilizados – o texto, a imagem, o vídeo entre outros. Concretizando: onde está a autoria? De que forma poderemos ter a noção de criação através da net? Textos desgarrados, álbuns de música feitos por nós ao sabor das nossas idiossincrasias, mas sem estar realmente atento ao que os outros constroem (nomeadamente no que diz respeito aos ciclos de criatividade e à percepção da forma como a subjetividade pode ser organizada por um outro diferente de mim?)

Ao invés, recebemos incentivos sobre o que fazemos na nossa rede de amigos e cremos ser já verdadeiros artistas. Cá está, o critério dos cliques ou número de páginas visitas vale muito pouco

em termos de educar uma pessoa e fomentar a consciência que ela pode ter sobre as coisas que faz.

Esta cegueira coletiva, presente em redes sociais, é uma das primeiras sementes que torna as pessoas depois vulneráveis à subjetividade pré-formatada que é veiculada pelas tele no seu todo. As redes sociais são também expressão de relacionamentos adolescentes e pré adolescentes em que a emotividade e a esfera fusional se patenteiam à exaustão. «Amu-te»; «seremos sempre amigas»; «num relacionamento com a amiga x».

É a própria noção de privacidade que se altera e reduz, à medida que se transforma num pequeno espetáculo que se pode partilhar com os outros. O clique, o breve gesto que permite instantaneamente a partilha de uma foto ou de um texto, é também uma forma de matar o pensamento, uma vez que atinge imediatamente o seu fim e é, de seguida, engolido pela voracidade de novas mensagens e posts.

O uso da internet implicará novos percursos desenvolvimentais para os mais novos em termos de competências de motricidade fina ou de desenho livre, como vimos. Os desenhos estão disponíveis online e são facilmente «pintados» informaticamente com a ajuda de um pincel internáutico e de um rato.

Os videojogos⁶

É hoje relativamente consensual que jogos inapropriados para a idade ou que estimulem comportamentos agressivos não são protetores em termos do desenvolvimento da criança. Sabe-se também que são os rapazes os mais propensos ao jogo e, especialmente, a jogos não apropriados às suas idades. A expressão das emoções e mesmo a tolerância à frustração são variáveis postas à prova no jogo dos mais novos e que, se não monitorizadas pelos mais velhos, podem levar a caminhos estranhos e imprevistos.

Que atitudes assumir perante estes dados? As práticas parentais desempenham aqui um papel de central importância. O estabelecimento de limites é um dos vectores essenciais. De facto, a existência de regras, ou se quisermos a supervisão do adulto, torna-se indispensável no sentido de evitar comportamentos compulsivos em relação aos videojogos. Um outro vector tem que ver com o respeito pela autonomia dos mais novos. Eles devem aprender a fazer escolhas, refletir sobre consequências e proceder em conformidade. A arte consiste, precisamente, no doseamento sábio dos dois elementos.

Uma terceira via prende-se com uma prática específica: o jogo conjunto. Diversas investigações têm vindo a debruçar-se sobre pais e mães que jogam (jogos apropriados à idade) com os seus filhos. Trata-se da partilha de experiências, de cooperação em torno de objetivos comuns e também de situações que envolvem alguma competição.

O jogo conjunto, no contexto que descrevemos, é protector, relacionando-se positivamente com menores níveis de agressividade e maior autoestima. Também é certo que estes efeitos positivos são mais visíveis nelas do que neles. Como noutras áreas, a supervisão, o

⁶ Os videojogos: notas para um debate, *Primeira Mão*, 25 de Junho de 2011.

respeito pela autonomia mas também os afetos despoletados no jogo conjunto desempenham centrais funções. No outro extremo, os pais podem fechar os olhos para estas realidades ou apenas delegar no computador uma responsabilidade que é essencialmente deles. Referimo-nos à questão do controle parental.

A preocupação parental consubstancia-se em limitações e contas, na definição de sites seguros e não seguros. De uma certa forma, trata-se de uma exteriorização da responsabilidade, de uma exportação do que é humano para a máquina informática. De qualquer modo, o controle parental é um instrumento e como qualquer instrumento, pode ser usado na direção certa ou então ser motivo de desresponsabilização e sentido apenas como um obstáculo a ultrapassar por parte dos mais novos.

As tele e as patologias aditivas não químicas

As tele potenciam ainda a emergência das patologias aditivas não químicas ou ainda a reinvenção de alguns comportamentos problemáticos em novos suportes tecnológicos. Assistiu-se, a título ilustrativo, nos últimos anos, a um boom da aposta on-line (quer em termos desportivos, quer ainda noutras esferas).

A internet disponibiliza o casino na comodidade do seu domicílio ou ainda a aposta em resultados de equipas de futebol ou outro desporto. As consequências deste género de mudanças está ainda por avaliar mas antevemos que poderão ser danosas – pelo menos no que diz respeito a algum género de indivíduos. A este respeito lembramo-nos dos banners ou de links a pulsar a meio do ecrã de modo a chamar a atenção e a ativar emocionalmente os internautas com atração para este género de comportamentos.

A adição a jogos on-line – os MMOG – ou videojogos com ligação em rede, produzem solidariedades entre jogadores que frequentemente podem entrar em conflito com esferas pessoais das pessoas em causa. As diversas plataformas virtuais, quer sejam elas redes sociais, chats ou outras, podem ser passíveis de utilização abusiva e intensa no tempo.

A questão dos comportamentos aditivos não químicos replica uma estrutura semelhante detetada a propósito das dependências químicas. A vivência do tempo passa a ser monótona, uma vez que circunscrita à repetição do comportamento em que se está viciado. Estas variáveis foram aplicadas ao fenómeno do consumo de drogas por Sissa (1997) a partir de um quadro conceptual da Grécia clássica: de facto nestas patologias deixámos de ser senhores dos nossos atos? Que consequências isso tem em termos ascéticos e teleológicos? Ou seja: quais as consequências psicológicas de se ter

um comportamento controlado ou, pelo contrário, um descontrolado que invade outras dimensões das nossas vidas?

A vivência do tempo alienado pode ser tecida a propósito dos consumos de químicos com potencial viciante ou ainda nos variados suportes que as tecnologias tele tornam muito mais acessíveis, reinventam e ainda oferecem em formatos totalmente novos – como por exemplo as redes sociais.

A internet torna tudo mais fácil, uma vez que tudo fica à distância de um clique, na nossa própria casa. Também em termos de processo de recuperação os obstáculos serão bastante difíceis de contornar. Neste sentido, subscrevemos a indignação de Venisse (2005) ao denunciar a falta de apoio aos doentes que sofrem este género de patologia não química. No campo da relação com os vários suportes da internet, para além de não existir apoio a quem se queira tratar, existe também uma grave lacuna no que respeita ao nosso conhecimento epidemiológico do fenómeno. Por outras palavras: é necessário, pelo menos no nosso país, conhecer os hábitos, os comportamentos de risco, de consumo e outras variáveis em questão, de forma a delimitarmos este campo com as suas dimensões problemáticas. Cumpre-nos ainda, depois de se completar esta etapa, saber tomar medidas no sentido de promover as dimensões educativas e pragmáticas das utilizações da internet, ao mesmo tempo que tentamos implementar medidas de proteção, relativamente às dimensões problemáticas. Como para todas as áreas do comportamento humano existe um certo número de pessoas que não conseguem lidar com os desafios que lhe são postos e precisam de alguma proteção e ajuda.

Neste sentido, apelamos à construção de um estudo epidemiológico sistemático dos comportamentos desenvolvidos a propósito da internet – sejam eles de risco ou positivos e potenciadores. É necessário conhecer os comportamentos da nossa população nas mais variadas faixas etárias, dos mais novos aos mais

velhos, assim como as classes de aplicativos, sites e objetivos que lhes estão associados.

Falámos de patologias não químicas mas também nos interessam as novas formas de prostituição, o sexphone e as várias formas de sexualidade virtual (se se constituem em perturbações da sexualidade), as novas formas de afetividade e até de relacionamento. Neste caso, lembramo-nos de casos em que pessoas com família e vidas ditas normais, têm depois um outro casamento e família no Second Life ou noutra plataforma do género.

Da mesma forma, adolescentes publicam os seus poemas, desenhos em redes sociais ligadas a meios artísticos e recebem apoio e críticas ou ainda zangam-se e se reconciliam com amigos e amigas na esfera pública que é uma rede social.

Massively Multiplayer Online Game: MMOG

Em trabalhos anteriores quisemos explorar diversas dimensões da internet, nomeadamente a forma como os sujeitos se transformam e se reconstróem num outro nível de realidade. Em Tinoco (2009) traçámos algumas dimensões de sociabilidade e de evoluções biográficas em contexto de salas de chat. Mas as plataformas de interacção são imensas e envolvemo-nos agora com o mundo dos jogos internáuticos.

A sigla MMOG é acrónimo das seguintes palavras inglesas: Massively Multiplayer Online Game. Assim sendo, podemos rapidamente inferir que se tratam de jogos de computador que decorrem em ambiente da internet e que possibilitam a interacção de milhares de jogadores em tempo real e das mais variadas proveniências. Todos eles partilham uma realidade virtual em comum (ou uma mesma tele-realidade se quisermos).

Os jogos on-line possuem ainda diversas variantes que passamos sucintamente a enumerar. Os MMORPG (MMO Role-Playing Game - Jogo de Interpretação de Personagem On-line em Massa), nos quais os jogadores vivem as peripécias de um avatar com super-poderes (World of Warcraft). Os MMOFPS (MMO First Person Shooter - Jogo de Tiro em Primeira Pessoa On-line em Massa), onde cada jogador controla os movimentos de um suposto soldado. Os MMOSG (MMO Social Games - Jogo de Relacionamentos On-line em Massa) onde se cria um outro nível de realidade com outras vivências e ambientes virtuais mais ou menos desenvolvidos. Um exemplo bem conhecido é o Second Life onde, por não existir um ganhar ou perder, o conceito de jogo pode ser posto um pouco em causa. Existem ainda os MMOEG (MMO Erotic Game - Jogo Erótico On-line em Massa), que são sobretudo jogos dirigidos ao público adulto, onde a temática sexual acaba por imperar. Existem ainda os MMOBG (MMO Browser Game -

Jogo de Navegador On-line em Massa). São jogos acedidos diretamente a partir de um navegador de internet ou browser. Finalmente existem os MMORTS (MMO Real Time Strategy - Jogo de Estratégia em Tempo Real On-line em Massa), em que cada jogador comanda um exército e/ou nação, podendo formar alianças, captar recursos e atacar outros jogadores. A parte estratégica do jogo permite diversas opções quer privilegiando a parte militar, comercial ou diplomática.

O estudo da realidade virtual ou tele-realidade tem dividido imensos autores. Trata-se sobretudo de escolher qual a melhor forma de abordar os diversos níveis de realidade, tendo em linha de conta que o que nos interessa aqui é sobretudo a interação humana, independentemente do suporte em que ela ocorra. Assim, confrontámo-nos com estudos que pretendem estudar apenas a interação virtual, esquecendo os atores humanos que animam os avatares ou personagens virtuais e investigações que traçam percursos inversos, interessando-se sobretudo pelas pessoas reais. Lembramo-nos concretamente de uma investigação partiu de um determinado grupo de adolescentes que entraram num fórum, desenhado pela autora do estudo e que conhecia as identidades dos diversos alunos (Silva, 2005). Interessava saber de que modo as relações reais podiam ser modificadas ou potenciadas através da acção dos suportes informáticos (outro interessante estudo, a propósito dos cybercafés, de Miller e Slater, 2004, se move entre o real e o virtual).

As relações entre real e realidade virtual são sempre dúbias e com imensas matizes entre elas, por exemplo: converso com um companheiro de jogo, usando ambos as identidades nicks, trocamos de mail para conversar no messenger mas eu tenho um mail com o nome do nick do jogo enquanto que a pessoa com quem eu falo dá-me um mail com um nome real... Em todo o caso, pretendemos conhecer as dinâmicas do jogo, não só enquanto tele-realidade, nas

possibilidades que ela define, no pano de fundo que ela acaba por desenhar mas também o modo como a questão da realidade acaba por emergir. Ou seja: conhecer o modo como certas informações do que se é no mundo real são partilhadas ou, ainda, em que momentos os encontros reais acabam por acontecer e a propósito de quê eles se sucedem.

Trata-se de tentar acompanhar o vai e vem entre realidade e tele-realidade como ele vai acontecendo sem tentar impor nada. Tentaremos conhecer o modo como os avatares se relacionam entre si em termos de normas partilhadas, formas de interação, de companheirismo, mas ainda formas de resolução de conflitos... Tentaremos ainda perceber em que momento a questão da realidade acaba por surgir, em que medida são partilhados certos aspectos do que se é no mundo real, assim como os contextos em que se dão os encontros.

Assim, numa perspectiva etnográfica, imergimos no mundo Travian enquanto jogadores, aperfeiçoando a nossa forma de estar no jogo, as nossas competências pessoais enquanto gestor da nossa conta, bem como assumindo certos cargos em termos de aliança e de blocos de aliança. A partir desta imersão foi possível a construção de uma grelha de observação, bem como a acumulação de experiências, capazes de produzirem tentativas de sistematização. A reflexão tornou-se deste modo possível.

Às regras travianas e somam-se ainda as que são inventadas de comum acordo pelos seus jogadores. Esse é um ponto importante: saber como o virtual se organiza e que rostos pode assumir. Miller & Slater (2004) defendem que nunca se pode perder a noção de interação humana, no real, quando se estuda o mundo virtual. Genericamente estamos de acordo, mas é também necessário aceitar o virtual como algo que existe por si mesmo, que possui as suas gratificações que só nele existem.

Outros encaram de outra forma o laço entre o real e virtual. Defendem, a título ilustrativo, que o suporte messenger implica um laço mais estável que noutros contextos. A nossa experiência diz-nos que nem sempre é fácil catalogar as interações na internet. Ou seja, podemos ir a uma reunião de líderes de aliança travianos, o Senado, através de um mail em que o nosso nome é explícito ou, mais frequente, usamos um mail em que o nick é reafirmado. Também no desempenho de funções de liderança muitas circulares são assinadas com o nick mas também se deu casos em que se assina o nome real.

As interações estão em constante mutação, dependendo da escolha dos atores e da aceitação que essas escolhas colhem junto dos parceiros. Suportes como blogues, fóruns, assim como base de dados que são construídas de forma a organizar os recursos militares das tropas travianas existentes, possibilitando depois conversas e encontros entre pessoas que têm afinidades informáticas. Ilustremos: o líder pede para que os jogadores com conhecimento em informática entrem em contacto, é necessário construir este ou aquele instrumento.

Recentemente tivemos conhecimento da existência de blogues de alianças que enumeram, como elemento atractivo, o facto das pessoas se conhecerem pessoalmente e da organização de jantares, indicando que, para quem quiser conhecer pessoas, será esta a aliança a escolher. Os laços entre a realidade virtual, como um objetivo em si, e a realidade material estão em constante interação e definição de fronteiras.

A telecracia: o governo através de imagens

Um dos mecanismo centrais da propaganda política, em todas as épocas, tem que ver com um conjunto de técnicas de fazer acontecer novamente as coisas e, preferencialmente, fazê-las acontecer de determinada maneira.

Antes de existirem órgãos mediáticos, tais como actualmente conhecemos, essa necessidade já existia. A imagem, seja ela pictórica ou de outra natureza, sempre foi uma forma privilegiada de promover a revivência do acontecimento. Os romanos, por exemplo, durante as guerras púnicas, exibiam na rostra, um local central da capital, as quilhas dos navios capturados ao inimigo. Mais tarde, o imperador Trajano mandou fazer uma coluna em que se contavam, de um modo pictórico e sequencial, a história das suas campanhas militares.

A problemática das imagens colocou-se também no seio da civilização bizantina. Durante o período iconoclasta qualquer representação da divindade ou de santidade era perseguida e destruída. Passado esse momento tormentoso os ícones voltaram a ser venerados e vistos como uma revivência dos momentos religiosos a que aludiam. Assim, jurar sobre um ícone, era uma forma de assegurar que o outro teria de cumprir a sua palavra.

A televisão, nomeadamente através de um certo tipo de reportagem, pretende mostrar a realidade sem que tenhamos que fazer grande esforço. Vemos a guerra em direto, as bombas a explodir cirurgicamente sobre os alvos. No futebol, escamoteamos de todos os ângulos a jogada polémica para a poder perceber definitivamente. No país sob sublevação popular e consequente repressão policial ou militar, ouvimos este ou aquele manifestante para saber melhor o que está a acontecer e quem tem razão.

Geram-se assim gigantescos momentos de unanimidade. Milhares de pessoas que nunca tinham ouvido falar de determinado assunto acham-se imediatamente informadas, capazes de formular uma opinião definitiva só por presenciarem um programa ou debate. Defendem ainda uma dada posição apenas por aquele participante parecer mais sincero ou outro arrogante e teimoso. O famoso escritor galego Ballester chamava a atenção para a emergência deste movimento de unanimidade numa das suas crónicas nos finais dos anos sessenta – e é este um dos objetos de estudo da psicologia das multidões.

Mas... se nos quisermos interrogar sobre as imagens e produzir o nosso próprio pensamento, teremos de nos estar constantemente a interrogar. Em primeiro lugar, sobre quem está presente e ausente nos órgãos mediáticos. Depois ter constantemente a noção que a imagem é uma representação e nunca a realidade comodamente servida num canal de televisão – como se o acontecimento pudesse ser entregue nos nossos apartamentos como a mais banal pizza. Em última análise, teremos de sair para o mundo em busca das nossas próprias imagens – objetivo quixotesco mas mais próximo do real.

A organização de uma audiência que possa ser manipulada configura-se como um dos vectores centrais na vivência política de qualquer sociedade contemporânea e, de uma forma bastante mais premente, dos regimes democráticos. O modo como a actual crise económica foi apresentada nos órgãos de comunicação passou muito pelo que aqui se referiu: mensagens duplicadas e triplicadas, a ideia de inevitabilidade, a irresponsabilidade automaticamente imputada a todos aqueles que saiam do mainstream.

Existem vários autores actuais que chamam a atenção precisamente para isto, a democracia acaba por ser pervertida através dos mass media. Trata-se do conceito da telecracia, proposto por Stiegler, no fundo o governo de uns poucos sobre todos os outros através da afastamento mediático operado pelas tele.

Distúrbios alimentares: a influência das imagens

Os distúrbios alimentares, e os comportamentos alimentares em geral podem ser influenciado pelos modelos de beleza veiculados pelos media. Alguns modelos preventivos nesta área sublinham a necessidade de se trabalhar a importância dos ídolos e das pessoas que admiramos (consulte-se por exemplo *Growing Through Adolescence - A training pack based on a Health Promoting School approach to healthy eating*). Alguns países, inclusive, tentaram que as imagens de beleza obedecessem a determinados parâmetros, no sentido de serem realistas e não obedecerem a padrões de magreza impossíveis de alcançar.

Vemos assim que as tele difundem modelos de beleza que podem ter consequências imprevistas. Os menores tentam imitar modelos corporais que não existem ou que existem associados a patologias – e recordamos aqui a morbidade em termos de anorexia e comportamentos bulímicos de diversas modelo e super-modelo. A imitação de comportamentos funciona aqui como um multiplicador de padrões problemáticos de comportamento – ainda que não seja a única causa.

Chamamos a atenção para o aumento da preocupação com a imagem corporal realizadas em termos nacionais com grupos de estudantes (Gonçalves, 1998; Carmo et al., 2001; Queirós, 2001) e a aproximação em termos epidemiológicos das perturbações alimentares com as médias europeias (Torres et al, 2008). Nestas situações, estamos perante casos em que sobressai uma percepção distorcida do seu próprio corpo e um uso de estratégias inadequadas para controle do peso (abuso de exercício físico, jejum, abuso de medicamentos, vômito induzido, entre outras). Como se as pessoas quisessem ser uma imagem idealizada contra a evidência dos seus próprios corpos.

É importante para aqui, porque o assunto é vasto e complexo, sublinhar o papel da difusão dos ideais de beleza que os media, as várias tele, difundem através da sociedade. Tudo se passa como se as pessoas quisessem ser aquilo que não existe, e se tentassem ajustar a corpos imaginários, irreais.

Trata-se, no fundo, do processo mais basilar da aprendizagem humana a imitação. Os modelos são propagandeados e acabam por servir de base ao desenvolvimento, quantas vezes problemático, dos mais novos. Compreendemos, assim, a preocupação que diversos países têm relativamente aos modelos e ideais de beleza que são passados nos seus mass media. O cuidado releva-se inclusive em proibições e regulamentações sobre a natureza das imagens - medidas que deveriam ser objeto de reflexão também entre nós.

Questões educativas

Ao longo desta reflexão já se listou uma série obstáculos e preocupações que necessariamente teriam de ser objeto de reflexão em termos de educação e inclusive com o objetivo mais abrangente de promoção da saúde mental entre nós.

Em primeiro lugar, vimos como o uso das várias teles pode fragmentar a atenção e habituar as mentes a processos mais superficiais no que diz respeito ao tratamento da informação recebida pelo exterior. A atenção flutuante, atenta apenas a pregnâncias perceptivas das páginas que se vai visitando, acaba por se tomar um estado dominante e dificultar a concentração quando depois dela se necessita verdadeiramente.

Outra vertente importante tem que ver com o uso que se faz da internet. Para isso, importa saber que tipo de utilizações se prefere on-line, ou seja se são os videojogos, que género de videojogos ou então as redes sociais em que se partilham conhecimentos emoções e até confidências. É a própria noção de intimidade que se modifica à medida que tudo se transforma em espetáculo. Qualquer zanga, sentimento emocional ou amoroso pode ser partilhado, está à distância de um clique.

Nunca o conceito de sociedade do espetáculo de Guy Débord esteve tão perto de nós. E é na medida em que tudo se torna, ou se pode tornar espetáculo, que novos desafios se levantam, ainda de difícil identificação. Mais uma vez: fenómenos como cyberbullying ou relações afetivas desequilibradas que misturam o real com o virtual, formas de sexualidade virtual, acabam por poder implicar consequências nem sempre positivas. Como é que os mais novos reagirão a elas? Será sentida como uma violência o ter de encerrar uma conta numa rede social por um motivo pertencente à esfera do cyberbullying?

Como serão vividas a amizade, o sentido de família ou simplesmente o de pertença a um grupo de amigos? Como é que estas vivências irão sendo alteradas e modificando-se? Em que medida o educador terá de estar atento a estas evoluções e de que modo o fará? Tentámos, em projetos em contexto escolar, construir dinâmicas de grupo e instrumentos nesta área, de modo a facilitar a comunicação e partilha de experiências neste campo. Quisemos assim ficar mais próximos das práticas e intersubjetividades que os mais novos tecem a propósito destes meios.

De qualquer modo, estamos perante uma área imensa que cumpre caracterizar. Que género de práticas existem? Que consequências têm? O que será a amizade no futuro? Nada impede que as relações de amizade se limitem a mundos virtuais, personagens que se cruzam em plataformas internauticas e que partilham segredos da vida real ou ainda amizades para quem o real é um tabu e desenvolvem um relacionamento totalmente virtual.

Finalmente, a questão do conhecimento, ou seja, a internet disponibiliza uma série de ferramentas que permitem o acesso à informação. Pesquisa-se e o motor de busca dá resultados: delegaremos totalmente a computadores a tarefa de pesquisar? Trata-se de uma externalização de mais uma competência humana. E que dados serão moldados por esses motores de busca? Que realidade será essa? Sabemos que existe uma série de truques informáticos de forma que um determinado resultado suba no motor de busca... Será esse um dado importante para a pesquisa dos mais novos? Como ensinar-lhes critérios de verdade e de pesquisa, de modo a poderem aproveitar as vantagens que as novas tecnologias disponibilizam mas também fornecer alguma distância em relação aos resultados dessas pesquisas, não se tornando reféns delas? No fundo, saber pesquisar pelo cruzamento de informações obtidas através de várias fontes.

A relação com o conhecimento é, pois, um eixo importante nesta área. A exteriorização da pesquisa para uma máquina ou dispositivo informático tem as vantagens da celeridade e da profusão de informações num curto espaço de tempo, mas trata-se de informação que nos é dada e não pesquisada de uma forma ativa por parte dos sujeitos. Como ser ativo com a ajuda destes instrumentos? De que modo e em que circunstâncias nos deveremos afastar ou relativizar os resultados obtidos nos motores de busca ou mesmo das informações neles disponibilizadas?

Espaço de luta e resistência

A introdução sucessiva de novas versões de software produz uma pressão no sentido de se estar constantemente a par das novidades. O profissional tornou-se mercado para as empresas que comercializam produtos e que assim se tornam detentores do saber. Um profissional especializado, que acumula experiência pessoal, pode ver-se ultrapassado pelos novos programas que constantemente saem para o mercado. A pressão para se tornar obsoleto é grande como já vimos.

Sublinhamos aqui novamente que o espaço virtual que muitas teles desenham é um espaço de luta e conflito. Um espaço de conflito antes de mais entre o humano e a informatização. De facto, não é a só a informação que é disponibilizada a um ritmo de impossível assimilação por parte do elemento humano, é a própria noção de tempo e timings profissionais que é alterada no sentido de um aumento exponencial da velocidade.

Lembremo-nos que frequentemente, ao navegarmos de uma página para outra, somos solicitados a digitar as letras que surgem numa caixa de texto. Se pensarmos bem, é um computador que se está a precaver de, neste lado, estar um programa ou um robot. No fundo, é um computador que se está a certificar que, contacta um humano. Também poderemos pensar sob este prisma a questão das censuras, por exemplo: existem programas informáticos que detetam sites perigosos, politicamente inconvenientes ou com conteúdos sexuais ou pedófilos. Mas que critérios usam esses aparelhos? As suas decisões programadas são depois confirmadas por humanos?

Da mesma forma, é na internet que se constitui um espaço de luta e de resistência. Partilham-se opiniões na margem do mainstream, criam-se ondas de solidariedade. Há abaixo-assinados e protestos através de cliques e assinaturas virtuais, invadem-se caixas

de correio de pessoas com as quais se discorda. Criam-se também ondas de solidariedade em redes sociais para esta causa e aquela ou ainda para alertar pessoas ou instituições no mundo real sempre que se detetem sinais de risco de suicídio – há casos de suicidas que fazem a sua despedida on-line e que poderiam ser ajudados antes de consumarem os seus intentos.

Manifestações, organizações de protesto e resistência em relação a decisões políticas são cada vez mais marcadas através da internet. A rede possibilita ainda um espaço de discussão e de convívio informal, um quotidiano ainda que virtual entre diversos ativistas.

A este propósito Carlos Vaz no seu blogue Textualino apelida Julian Assange como um herói webiano. Os Wikileaks revelaram de facto uma série de informações confidenciais entre Estados e diplomatas de alta estirpe, informações que nunca alcançariam os mass media internacionais. Neste sentido, constitui-se como um fenómeno que revela os limites da liberdade, na internet e não só, mas também os mecanismos de censura que confundem as audiências com um sem número de informações secundárias, ao mesmo tempo que proíbem totalmente outras – ou facultam-nas em canais secundários.

Carlos Vaz compara a detenção de Assange, nas suas consequências, às consequências que advieram do atentado de 11 de Setembro. O autor de Textualino chama a atenção para que o espaço virtual se pode constituir também como o terreno em que as revoluções e certos fenómenos sociais possam vir a desenrolar-se.

É para este ponto que chamamos a atenção: ao constituir-se como um espaço da realidade, mesmo sendo uma tele-realidade, as consequências de certas ações podem ser tão reais como quaisquer outras. Lembramo-nos que os EUA constituíram um ramo das suas forças armadas para lidar com ameaças e ataques na esfera virtual (consulte-se, por exemplo, Jordan et al., 2012, para se saber um

pouco da importância do cyber-espço em termos de defesa). Os cenários podem ser fáceis de imaginar: um hacker consegue controlar o computador de uma importante barragem; uma ordem, vinda não se sabe de onde, crashou a bolsa de valores de Wall Street, entre muitos outros cenários que poderiam ser classificados de pura ficção científica aqui há uns poucos de anos atrás.

Aliás, os EUA fizeram um aviso considerando que ataques no mundo virtual contra as suas instituições seriam consideradas atos hostis, passíveis de reação militar. As hostilidades podem ter consequências no mundo real, contemplar espionagem, desvio de informação e ainda a apropriação indevida de segredos militares, industriais ou comerciais.

Como no mundo real, em que o uso de força é reservado apenas às forças armadas e policiais, também no virtual esse tipo de ações serão reservadas a instituições oficiais. No entanto, esta é ainda uma área emergente, internacional e que carece em muitos aspectos de regulamentação legal. É curioso verificar que muitos comportamentos desviantes replicam-se também aqui nesta esfera, surgindo com novas roupagens ou ainda constituindo figuras completamente novas.

Listemos algumas delas: crimes relacionados com pornografia infantil e a pedofilia, o pedido de informações pessoais com objetivos de fraude bancária (pishing), a usurpação de identidade, a invasão de privacidade ou ainda o cyberbullying (insultos através de redes sociais, comentários efetuados em blogues entre outros).

A violência no mundo virtual não se limita, pois, à violência entre Estados, instituições ou grupos de pessoas por eles patrocinados, é ainda arena de combate entre pessoas no seu quotidiano e no uso banal das ferramentas que a internet disponibiliza.

Acontecer e não acontecer através de imagens

Acontecer através de imagens ou não acontecer. Acontecer de outra forma na tele-realidade, no virtual... Eis algumas das nuances... Assistamos aos nossos telejornais retirando-lhes o som e vejamos a sucessão de conteúdos. Ou então o contrário: depois de determinado acontecimento oiçamos os comentários obtidos «ao acaso» pela rua. Que opinião vem em primeiro lugar? Quais as concordâncias? Quais as discordâncias?

José Gil defende que existe uma lógica de não inscrição, no sentido de não existir reação a uma série de acontecimentos que não são reconhecidos como atos políticos. A análise aconteceu a propósito das manifestações de professores contra o sistema de avaliação que lhes foi imposto. A não reação por parte do governo de Sócrates fez com que depois os professores voltassem para a realidade das suas escolas e tivessem que se submeter às normativas que foram sendo emitidas.

Aceitar que um acontecimento é um fenómeno político ou então torná-lo mais pequeno, uma vez que se torna um espetáculo mais. Por outras palavras: as manifestações ao serem despojadas da sua dimensão política, ao serem se reduzidas a um desabafo que é compreensível são de nula consequência em termos de modificação na realidade.

José Gil diz assim que o regresso à realidade se torna mais brutal. As normativas têm de ser cumpridas e as alternativas praticamente nenhuma. O mundo real, mas um mundo real definido pelo poder, irrompe pelo quotidiano, neste caso dos professores. É um exemplo da destruição que os media fazem da realidade: o poder de contestação foi reduzido a nada e o mundo real definido de acordo com as diretivas governamentais coadjuvadas pelos media.

O poder de inscrição do acontecimento na ordem dos factos políticos ou a redução do mesmo acontecimento à ordem do espetáculo. As consequências são diametralmente opostas. Como refere José Gil o retorno à realidade (mas uma realidade já definida e delimitada por outrem) é brutal e acabará por formatar as experiências pessoais e as subjetividades.

Os media produzem assim opinião pública, como um produto de consumo igual a tantos outros. Ao transformá-la apenas em audiências, utilizando a terminologia de Stiegler, produzem substâncias tóxicas para a sociedade democrática.

A dualidade define assim um eixo político da maior importância. Eixo esse que configura um poder que, demasiadas vezes, subverte o normal funcionamento das instituições democráticas, deturpando debates, transformando-os eles mesmos em espetáculo estéril de consequências.

A facilidade com que nos despedimos do humano

Surpreendemo-nos com robots e máquinas que são eficazes e reduzem custos. As contas são fáceis de fazer... Mas surpreende a facilidade com que nos despedimos do humano. Num programa televisivo defendia-se que este género de máquinas seriam especialmente úteis para ajudar idosos e libertar as suas famílias de muitas dimensões do cuidar.

Algumas cientistas diziam que os robots que construíram acabam por reagir de acordo com que os outros pensam deles, com o que é esperado deles. Outras, que os robots sem corpo não conseguiam entender tão bem o que é uma pessoa humana com as suas ambiguidades e duplos sentidos, no fundo a dimensão social do que é ser humano. A investigação tecnológica replica assim duas dimensões importantes da aprendizagem identificadas pela psicologia do desenvolvimento: a mãe que pensa o bebé, dando sentido às suas emoções primárias e organizando as suas reações; e o conceito de ego-pele, o corpo como eixo matricial da perceção do mundo. Já se sabe: a fabricação de robots dá os primeiros passos no sentido de construir a alteridade, um programa que se auto-organize e que se construa a partir da sua própria experiência.

A máquina que aprende, decifra emoções, segundos sentidos, que se organiza a partir das suas próprias condições existenciais. Os avanços aproximam-nos do objetivo. Mas quer sejam estes dispositivos, quer se trate de máquinas menos sofisticadas, a surpresa acaba por seduzir. Espantamo-nos com a eficácia, com a celeridade com que a automação vai cercando as nossas vidas. Ficaremos com quê? A solidão será menos pesada com este género de companhia? Serão companhia realmente agradável ou ficarão insubmissos e escaparão ao nosso controle?

Em todo caso, quer fiquemos sozinhos enquanto espécie, quer tenhamos essa companhia, não será de nos interrogarmos com a facilidade com que dispensamos outros iguais a nós? A rapidez com que nos achamos ineficazes, lentos, maçadores e nos vamos despedindo de funções, de profissões que se tornam automatizadas? A que caminho este estado de coisas nos irá levar?

Teríamos de fundar um outro modelo económico, no sentido de uma nova forma de existência enquanto espécie que não alcandorasse a competição a dogma e a eficácia a único imperativo «ético» e falso das nossas comunidades. Como iremos viver de forma sustentada na Terra e em que medida seremos capazes de incluir os desfavorecidos e de não os marginalizar cada vez mais?

O inumano é assim tão tentador para uma parte de nós? (pelo menos para certos decisores estamos certos que sim).

Novas formas de conhecer pessoas

Homens e mulheres, ao longo da sua vida profissional ou relacional vão deixando marcas na internet. Não se trata apenas das redes sociais, blogues ou outros formatos, cada vez mais tudo o que fazemos passa a ter outra existência através das tele. Filmamos, fotografamos encontros de amigos e familiares, mas também a palestra, a aula, a performance artística ganham vida própria com autorização ou sem ela em diversos suportes virtuais.

A Comissão Europeia quer, a este respeito, instituir o direito ao esquecimento. A comissária europeia da Justiça e dos Direitos Fundamentais, Viviane Reding pretende justamente instituir este direito (consulte-se discurso de 2012). A medida tem como opositores, por exemplo, algumas das redes sociais com posições dominantes no mercado ao momento presente. Imaginemos que uma pessoa tem on-line fotografias comprometedoras, relativas a um período da sua adolescência mas agora quer procurar emprego e isso pode ser um obstáculo. Será possível poder apagar o passado de uma pessoa dos ecrãs, das várias teles?

O rasto que vamos deixando no mundo virtual pode prender-nos a imagens de nós mesmos que deixaram de ser válidas. Já não somos aquela pessoa ali representada, já não fazemos os seus gestos. O acesso a vídeos e fotografias da infância vão ficar na internet até quando? Poderão prejudicar-me no meu percurso normal de ser outro?...

Existe então um eventual conflito, ao mesmo tempo que as pessoas se habituem a conhecer mais das pessoas com quem se cruzam nas teles. Não se pense que o movimento é apenas do virtual para o virtual (no sentido em que conheço pessoas novas através desses meios), é também um movimento do real para o virtual. Por outras palavras: conheço uma pessoa mas posso saber mais sobre

ela através de uma pesquisa rápida na internet, quer pela ajuda dos motores de busca quer ainda nas redes sociais em que essa pessoa possa estar inscrita.

A informação não tem barreiras, está tudo à distância de um ecrã ligado. No entanto, muitas das mensagens nas redes sociais não são lidas por ninguém, muitos blogues têm um movimento residual ou mesmo nulo. Na idade média havia o palimpsesto, o livro que era sucessivamente apagado e novamente escrito. Guardar informação era algo muito caro, frequentemente impossível de se realizar. Agora a armazenagem parece ser infinita, tudo pode ser escrito e reescrito, guardado num link, numa pen, onde for. Parece ser possível digitalizar o mundo e torná-lo habitante de um ecrã.

Nesta perspetiva, o direito ao esquecimento não deixa de ser curioso: lutamos para que se apaguem informações, enquanto há séculos apagar era uma fatalidade. Em todo caso, esta obesidade informativa tem também consequências no que diz respeito à forma como as pessoas se conhecem, vão aprofundando as suas afinidades ou afastamentos e quezílias.

Falsa Ágora

Stiegler defende que nunca se propuseram reality shows sobre a esfera política uma vez que eles já existem. Assumem a forma de debates. De facto, o espaço televisivo dedicado às questões políticas assume contornos bastante particulares e participam no movimento de industrialização do simbólico, remetendo o espetador à posição de consumidor.

Antes de mais, numa grande parte da televisão nacional, os comentadores pertencem à tríade partidária que tem ou teve assento nos governos das últimas duas décadas. A participação de comentadores de outras forças, ainda que com assento parlamentar, é residual.

O Parlamento não é televisionável – no sentido de obter uma parcela relevante de audiências – e isto apesar de existir um canal dedicado à transmissão dos plenários. Quando surge num canal generalista não é, habitualmente, pelos melhores motivos: deputados a invetivarem-se, usando linguagem inapropriada, posições demagógicas e por vezes insultuosas. Os debates televisivos neste aspeto têm regras e existe, em muitos deles, polidez: momentos de intervenção, de escuta e até de criação de diálogos construtivos.

No entanto, trata-se de uma ágora falsa. Falsa no sentido em que parece um espaço de reflexão sobre o que acontece, sobre a polis, mas depois é inerte nas suas consequências. Os espetadores presenciam o que é produzido, na posição de consumidores do simbólico mas depois voltam para a realidade.

Há, como José Gil bem notou, um movimento psicótico de clivagem. A audiência pensa nesta e naquela alternativa, já são condicionadas, muitas vezes desde o início, uma vez que não estão nela representadas muitos segmentos de opinião, para no dia seguinte regressar à realidade. E o que vem a ser a realidade? Um

processo decisório que não foi em nada beliscado, que define as opções sem ouvir os cidadãos, apostando num tom dramático que não possibilita alternativas, isto é: desencorajando o verdadeiro pensamento.

Pensa-se no que os debates políticos produzem em termos de significado, um significado que parece plural mas muitas vezes não o é: no dia seguinte somos confrontados com a realidade. Uma realidade que é mais dura, uma vez que imposta apesar de tudo: da minha discordância e de alguns comentadores mas que tem que ser. O consumo do símbolo esboroa-se no autismo com que a decisão política acaba por ser fabricada. Uma decisão que não é escrutinada e por isso (e por outros motivos) carece de legitimidade democrática.

O símbolo dissociou-se da realidade. Porque nos movemos num simbólico produzido na televisão, que funciona como uma falsa ágora, acabando por ofuscar os verdadeiros centros de decisão e de debate político. Seria necessário que essas instituições fomentassem a discussão, a verdadeira ligação à sociedade que representam e sobre a qual decidem.

Eis um dos desafios centrais que se põem às instituições do nosso regime, nomeadamente ao Parlamento: fomentar a ligação dos deputados às regiões que representam, através das quais foram eleitos; exigir o debate político; esclarecer e tornar transparente a disciplina de voto. Esta questão é importante uma vez que, existindo a disciplina de voto, existe alguém – a estrutura partidária que a impõe – e o verdadeiro centro de decisão fica exterior ao Parlamento, refém de decisões governativas. Isto é: fundindo em última análise o poder legislativo e o executivo.

Para além desta forma de funcionamento – que daria lugar a uma vasta discussão – voltamos a sublinhar que as modificações elencadas acontecem cada vez mais na sombra dos media, na sombra da televisão que oferece uma falsa ágora: um espaço aparentemente democrático que exclui forças importantes do nosso

regime e que é estéril de consequências, fazendo nascer mecanismos de clivagem importantes. O espectador desses programas é um consumidor, um número na audiência, não um cidadão com direitos, deveres e que deve ser respeitado.

Neste sentido, o exercício etimológico sobre a palavra televisão pode ser irónico. Vemos a esfera política, ou temos contacto com ela através do que torna possível visionar o afastamento. Um simulacro portanto, um simulacro que nos transporta para o que está ao lado, que transforma a política num produto ou conteúdo como qualquer outro, sujeito aos constrangimentos e à ditadura das audiências.

Chegamos então ao descrédito como um sinal político. Um sinal de crise de legitimação do próprio regime que se traduz em elevadas percentagens de abstenção e numa generalizada falta de confiança em relação às diversas organizações políticas com assento parlamentar.

Movimentos políticos, novas manifestações

Movimentos apartidários de contestação contra o atual estado de coisas surgiram um pouco por todo o ocidente. Esses movimentos convocam e juntam sinergias no mundo virtual, em fóruns de debate, redes sociais, troca de mensagens. Trata-se, não de apoiar este governo ou aquele, mas de se insurgir contra o atual estado de coisas, numa luta pacífica que pretende modificações nas próprias leis do jogo político e social.

Estes movimentos não são contra a democracia mas antes a pretendem reafirmar. Como se o funcionamento dos regimes representativos tenha de ser corrigido por se ter afastado do que deveria ser. Entramos aqui na esfera da legitimidade, num contexto em que os líderes e os partidos se vendem como um outro qualquer produto de marketing durante o período eleitoral. Terminado o processo o laço com o eleitorado fica suspenso até às legislativas seguintes.

Grande parte da classe política portuguesa não tem contacto direto com o povo, nem com um processo real de tomada de decisão. Desde há anos que as opções e grandes decisões estratégicas são decididas a nível da União Europeia, funcionando o nosso governo como mediador, um tradutor de decisões para o contexto do quotidiano lusitano. Isto faz com que não haja grande perceção da realidade das classes desfavorecidas, nem necessidade de as cativar – uma vez que o próprio regime se sente legitimado e perpetuado no interior de um quadro legal europeu.

No entanto, este estado de coisas é transnacional e, com diferentes nuances é certo, presente em todos os países da América do Norte e Europa. Há uma tomada de consciência e de posição contra inumeráveis decisões, que é expressão de um sentimento de

crise da legitimidade de muitas decisões tomadas pelos regimes democráticos.

Podemo-nos perguntar até que ponto estes movimentos terão alguma continuidade ou serão apenas irrupções passageiras, comuns nas nossas sociedades. Trata-se de uma questão de difícil resposta. Lipovetsky assinalou que muitos dos movimentos sociais das nossas sociedades são capazes de imensa mobilização que tão depressa surge como desaparece. Como se essa mobilidade não tivesse depois a capacidade de se sedimentar nalguma forma organizacional, capaz de garantir alguma continuidade.

Assistiremos a um processo de sedimentação? Estamos perante um caldo de práticas, pois as novas gerações vivem com o mundo virtual desde que nasceram. Claro que são sujeitas a muitas vicissitudes, muitas delas já descritas aqui. Estão afastadas da leitura, de um processo de atenção continuada em relação a objetos que transmitam conhecimento. Estarão afogados numa infinidade de estímulos, ainda assim, muitos deles usam as tecnologias para potenciar novas formas de convívio, de troca de experiências e até de novos modos de vida.

À medida que o processo massivo de exclusão social que vivemos for fazendo sentir as suas imensas consequências negativas, também as condições de resistência e de organização de pensamento, que ancore a resistência, terá motivos para ir crescendo. Neste particular, será interessante assistirmos à consolidação de movimentos cívicos e até políticos que nasceram no virtual, efetuando ruturas em relação ao afastamento que a televeicula, para depois refluírem sobre a realidade, alterando-a.

Uma pedagogia da escrita na internet

Na internet os textos devem ser textos o menos possível: serão acompanhados por imagens, vídeos – tudo o que torne desnecessário qualquer esforço. Atração sim, leitura com esforço de pensamento não. O texto deve ser ainda o mais pequeno possível, fornecendo a maior parte da informação factual no primeiro parágrafo, ao jeito do texto jornalístico.

A utilização de frases a negro, a negrito ou a bold – utilizando a terminologia anglo-saxónica – facilitará a tarefa do utilizador (interessante: o leitor da internet é um utilizador...). É que a maior parte dos leitores fará apenas um «scan» do conteúdo. Uma leitura superficial e apressada. Apenas algumas ideias, alguns chavões merecerão um olhar mais demorado. Novamente, a atenção difusa e rápida vai enfraquecendo mentes, simplificando processos psicológicos.

Os ditames da eficácia... chegar o mais célere possível à audiência, prender-lhe a atenção – uma atenção esfarrapada – mas para quê? A eficácia ficou tão obcecada com a rapidez, com a estatística dos cliques, que se esqueceu da alteridade. Queremos dizer: de que forma a audiência se apropria dos significados, ou melhor não se apropria?

Recordamos, o utilizador fará um scan do texto, mas scan é uma palavra inglesa que significa examinar. No entanto no contexto informático, quer dizer o ato de fazer correr um programa que examine o próprio computador, na totalidade ou em parte, relativamente à existência de um certo número de parâmetros (se há vírus, erros ou outro género de patologias).

Nielsen defende que a maior parte dos utilizadores fazem uma leitura em F dos sites que visitam. Ou seja, leem as primeiras frases com mais atenção, fazem de seguida uma segunda leitura mais

rápida para depois finalizarem com um rápida e improvável leitura na vertical.

Estamos perante gestos informáticos, portanto. Mas gestos informáticos efetuados por humanos. Claro: são gestos desajeitados e desastrosos. Homens a imitar gestos de computadores, tropeçando nos limites dos seus próprios corpos.

Será que passar os olhos pelos textos, cultivar uma atenção difusa pelas coisas constituem atitudes e comportamentos sábios? – ou sequer saudáveis?

A higiene da atenção⁷

Numa época em que os défices da atenção estão na ordem do dia e que se listam sintomas e quadros nosográficos, parece-nos pertinente refletir sobre alguns factores sociais que poderão entrar em jogo nesta área. Estamos aqui de acordo com Stiegler quando defende que a atenção é também um construto social que deve ser objecto de intervenção. Trata-se de regulamentar a paisagem audiovisual – um conceito do filósofo francês – de modo a permitir, entre outros aspetos, um crescimento saudável.

Não discutiremos aqui essa ampla ambição. Listaremos apenas algumas práticas tecnológicas que poderão ter consequências negativas em termos de desenvolvimento das capacidades de concentração dos mais novos. Começemos pelo zapping, a mudança de canal repetitiva, gesto automático que prende os olhos à coisa nenhuma do caos das imagens. Passemos depois às práticas que se fazem do jantar e ver televisão, ver televisão na cama, entre outras situações.

Eis depois as consolas portáteis, objetos altamente aditivos que sugam a motivação dos mais novos – deixando-os quase inertes em relação a outras tarefas do quotidiano. E mais: os pequenos jogam quando veem os seus desenhos animados preferidos?

Se nos pusermos na perspetiva das crianças, os efeitos são fáceis de aduzir. Veem os pais a mudar constantemente de canal; não estão habituados a estar em casa de televisão desligada; clicam em links infinitos na internet, ou ainda jogam na consola ao mesmo tempo que dão espreitadelas ao programa que passa num qualquer canal.

⁷ Texto publicado, como artigo de opinião no site Porto 24 em 29 de Janeiro de 2012.

Habitua-se a dividir a atenção por um sem número de estímulos. Assim, além de não treinarem essa capacidade de focar a atenção, perdem ainda a intencionalidade dos seus gestos.

É precisamente isso que lhes é pedido na escola: que se concentrem num problema e o tentem resolver. Duas coisas que não estão habituadas a fazer em casa: concentrar-se numa situação e estabelecer estratégias de resolução – a tal intencionalidade.

Afigura-se-nos, deste modo, como uma área educativa prioritária, pensar a relação que devemos desenvolver com os meios tecnológicos. Da mesma forma que incentivamos hábitos de higiene ou alimentação saudáveis, deveríamos também elencar regras e difundi-las de modo a que a nossa atenção possa desenvolver-se harmoniosamente entre os mais novos.

Imaginamos desde já algumas ideias no sentido de uma lista de boas práticas: um ecrã ligado de cada vez; planear o tempo que se passa com o ecrã (seja ele televisão ou de outro tipo); não ao zapping; direito a desligar a televisão; o direito a navegar na net... mas para se chegar onde?

Notas finais

Nota 1 – Sobre as teles

Muitas das teles passadas em revista incentivam a emergência do que José Gil denomina de subjetividade industrializada. Um espectador aprende a fazer operações lógicas mas é desincentivado na sua capacidade mnésica e de pensamento no quadro de uma contextualização abrangente. Pensamento que pulsa em função de estímulos ocasionais, mas que não se habitua a criar quadros de referência, a descobrir padrões nos acontecimentos e muito menos a relacionar estruturas entre si, no quadro de operações complexas.

X é aceite como alguém que tem de ser tolerado e até apoiado pelo ocidente, devido razões relacionadas com a real politik, mas passado um ano é um ditador execrável. Urge a sua destruição e ai de quem pense o contrário. Poderíamos colocar no lugar de X um sem número de políticos que foram apoiados nas últimas décadas pelas potências democráticas e depois bombardeados e destruídos.

Não queremos com isto tomar posição em termos de defesa de um ou outro ditador (não defendemos ditadores) mas antes realçar a capacidade que os media têm de manipular a realidade e produzir opinião pública que legitima os seus atos políticos. Muitos cidadãos desconheciam quem era X ou Y mas meses depois indignam-se com os seus atos e desejam com toda a força a sua destruição. É a subjetividade industrializada a que nos referimos na sua mais alta expressão.

A internet possibilita também áreas de resistência e contrapoder. Eis os blogues, os comentários às notícias, as redes sociais que permitem a partilha e o confronto de opiniões à margem do mainstream.

Outro aspeto, que queremos realçar, tem que ver com a vertente de esquecimento que se relaciona com a utilização de muitas teles e que, no fundo, constitui a coluna vertebral deste percurso. Muitas teles expõem-nos a um processamento de informação que é frequentemente fragmentário. Salta-se de estímulo em estímulo sem tempo real para que sejam realmente absorvidos e objeto de reflexão. Referimo-nos à internet e a passagem de link em link de forma automática, mas ainda ao clássico zapping de canais de televisão, ao sabor de imagens e de sons, sem que sobre eles haja demasiada reflexão ou, frequentemente, sequer pensamento.

Recordemos que mesmo as próprias televisões funcionam segundo uma ditadura do eterno presente em que só o momento ou o futuro imediato importam. O espetáculo do século é sempre aquele que está para vir ou o que acabou de acontecer e ainda pode capturar as atenções das audiências.

Albuquerque (2011), psicólogo que se dedica há dezenas de anos ao estudo das questões relacionadas com a memória, surpreende-se com a sua desvalorização no ensino e nas pedagogias que prevalecem no nosso país. Defende que as capacidades mnésicas se treinam e se melhoram como qualquer outra capacidade ou índice físico. Da mesma forma, a não utilização de capacidades mnésicas pode enfraquecer essas mesmas capacidades – pelo menos quando as queremos utilizar rapidamente. Refere ainda estudos britânicos que relacionam a existência de capacidades mnésicas e o seu treino no primeiro ciclo da escola básica com melhores resultados e performances em etapas mais avançadas do percurso escolar.

Educar pessoas não encarando a memória como ferramenta essencial do ato de pensar, é fazer emergir alvos fáceis para que este estado de coisas se perpetue. É produzir vítimas deste esquecimento induzido que muitas tecnologias tele acabam por induzir nos seus utilizadores.

Numa recente entrevista António Lobo Antunes surpreendia-se com a quantidade de pessoas que preferiam ver uma série ou escolhiam um canal de rádio para não pensar - como se isso fosse uma forma de relaxamento e uma atitude sábia perante o mundo. Não se queria defender a ideia de que devemos estar sempre a pensar ou vigilantes, os momentos de retirada e reflexão são importantes para todos nós. O que nos pode fazer pensar é existirem pessoas para quem esses momentos são potenciados por ver televisão, ouvir rádio ou até ler um livro superficial... O esquecimento e a alienação que nos provocam não são exatamente uma forma de promoção do crescimento pessoal.

Os media, ou de forma mais geral as tecnologias tele, fomentam o esquecimento que, depois de se ter instalado no coração de uma certa experiência subjetiva do mundo, acaba por se perpetuar. Os indivíduos alimentam o esquecimento, abraçam-no como se essa fosse a forma ideal de relaxamento e de descanso.

Esta forma de vivência acabará por se traduzir, certamente, na perda de algumas competências, mesmo em termos cognitivos. A memória, a capacidade de concentração e mesmo a capacidade de articular operações lógicas que permitam ao indivíduos afastarem-se do input imediato e traçar os seus próprios caminhos acabam por ficar comprometidas.

Os media fomentam esquecimento. Stiegler vai mais além, defendendo que destroem o esforço de esferas socializadoras como a escola e a família. O esquecimento, o não pensar, organiza uma subjetividade, uma subjetividade que é criada de forma sistemática e que acaba por amplificar as consequências deste estado de coisas. Neste sentido o esquecimento, ou como quisemos aqui, a teleamnésia, é um instrumento político. É um instrumento político ao instituir-se como uma forma de controle social, ao criar subjetividades industrializadas, alicerces de legitimidades políticas.

Concordamos com José Gil ao constatar essa experiência psicótica da realidade que os media estruturam. Acabamos por diluir a esfera política, de intervenção na nossa comunidade para nos manifestarmos se disso gostarmos (porque se não gostarmos, as alternativas de lazer são infinitas). Os governantes compreendem esse gesto mas esvaziam-no totalmente de consequências.

A ágora, o espaço público da nossa comunidade, ao concentrar-se nos media acabou por se vaporizar em audiências. É o espetáculo e aparência que contam como se a corte do poder, nas suas intrigas, nos seus jogos sujos, entrasse nas nossas casas, pelos canais televisivos e nos quisesse para plateia dos seus combates.

Nota 2 – A relação com o texto

Da mesma forma, deteta-se uma mudança da nossa relação com o texto, a perda da sua contextualização na referência maior que é a da pessoa que o produziu. O autor é despojado da sua dignidade de criador, confinado ao lugar de alguém que produz algo que depois é vendido e apropriado totalmente por outrem – no fundo, como já acontece em muitas outras áreas de produção, desde a agrícola à industrial e mesmo em áreas de construção de produtos criativos.

Nota 3 – O eterno presente

A evolução das formas de controle social, externas, em que se exerce a imposição ou norma sobre alguém, para uma forma de poder em que o controle passa a ser internalizado e dito pelo próprio. As estratégias de dominação são pois inscritas na mente e no corpo dos indivíduos, correspondendo no fundo a um processo de individualização previsto por Ricoeur (1987) que denomina de personalismo – o indivíduo diz o poder e os seus mecanismos como sendo algo seus. No entanto, este processo em vez de ser alicerce

para a libertação, serve a uma forma de controle social das mais eficazes e insidiosas de que há memória. Os media, ou mais genericamente as tecnologias tele, conseguem produzir subjetividades formatadas a um nível industrial: fazendo com que as audiências formulem opiniões sobre assuntos que nunca ouviram falar, no momento que é desejado, cobrindo depois tudo de esquecimento sempre que isso for conveniente.

A ditadura do presente, a abolição da memória histórica das populações, é constantemente incentivada no quotidiano: é o próximo jogo que «é o do século»; é o debate seguinte que vai marcar a reflexão política no nosso país. Ao mesmo tempo, nas escolas, a memorização acaba por não ser incentivada valorizando-se sobretudo a capacidade de realizar operações lógicas entre os elementos. Ora, indivíduos sem memória, treinados em operações lógicas do nível do operatório concreto, são alvos fáceis desta máquina mediática produtora de subjetividades trans-individuais ou industrializadas.

Nota 4 - Regulações

Outro dos aspetos importantes que gostaríamos de deixar aqui, tem que ver com a ideia destes acontecimentos não encerrarem uma fatalidade mas poderem ser pensados e controlados. Stiegler defende uma regulamentação da paisagem audiovisual, no âmbito de uma luta pela inteligência. De facto, estes acontecimentos merecem a nossa análise mas, acima de tudo, a nossa intervenção.

Até que ponto queremos viver e que os nossos filhos cresçam num meio totalmente dominado pelas tecnologias tele? Até que ponto seremos vítimas do seu autoritarismo, proveniente de se apresentarem como a realidade e não como uma mera representação? Deixaremos que poderosas empresas encham os nossos filhos de videojogos e esfurem as suas capacidades de

concentração em estímulos cada vez mais difusos e céleres? A resistência a estes movimentos terá de acontecer na escola e na família mas sobretudo ocorrer numa paisagem audiovisual, utilizando o termo de Stiegler, mais favorável. Não é possível que empresas, donas de incomensuráveis meios financeiros, possam destruir em termos educativos o que se tenta ensinar nas escolas e nas famílias.

Há que pugnar pelo controle do que oferece distância – as tecnologias tele. É preciso definir espaços livres de teles, livres de afastamento. Ou seja, em que medida não será uma posição avisada defender recreios sem telemóveis; cafés livres de televisão, entre outras alternativas.

Devemos ensinar aos mais novos que os vários ecrãs que os rodeiam podem ser desligados. Que é bom estar apenas com os amigos ou mesmo sozinhos. É preciso aprender a estar sozinho sem a televisão permanentemente ligada. Para que as teles, ao oferecer a proximidade do que está longe, não ensinem também as pessoas a ficarem distantes de si mesmas.

Nota 5 – Curto-circuito do simbólico

Estamos perante um curto-circuito do simbólico. Os media, aos quais somos expostos, não se apresentam como representações do mundo mas como o próprio mundo – um mundo esquemático. Muitos de nós é apenas isso que procuramos: que nos forneçam explicações, que nos digam o que pensar.

Pensar dói, custa... Exige que vejamos que o preto também tem branco e vice-versa. É mais confortável desistir dessa luta e aceitar as coisas «como são» (ou seja como os outros dizem que são, construindo evidências do mundo sem grande questionamento). Neste sentido, a época em que vivemos não difere grandemente de outros momentos históricos. Também não será novidade este ódio à diferença, a reação emocional perante o que nos põe em causa. Se

não queremos pensar, tão-pouco aceitamos ou sequer concebemos quem o faça.

Do ponto de vista dos media, ou da tecnologia tele, aí sim, as novidades sucedem-se em catadupa. Atraem os humanos para um simulacro e depois para mais outro.

Para os bizantinos, os ícones representavam verdades religiosas e tinham a mesma categoria dogmática que a própria realidade. As imagens tiveram sempre o poder do simulacro, de fazer acontecer novamente as coisas. Quisemos acreditar nisso durante séculos e séculos.

Agora as imagens movem-se como nunca o fizeram antes. Lembramo-nos agora de uma teoria curiosa: para certos autores, os humanos pré-históricos viam as pinturas das cavernas à luz de archotes ou dispositivos do género. A luminosidade irregular faria certamente com que as gravuras se mexessem. Em todo o caso, a mimetização é mais perfeita na atualidade. Tomamos o que vemos nos ecrãs por realidade - «uma imagem vale mil palavras», isto é, emerge contra o pensamento.

Idêntico fenómeno surgiu na Grécia antiga. A tensão entre a dramaturgia clássica e as performances dos sofistas nos tribunais. Novamente: complexidade simbólica versus curto-circuito. Os sofistas tratavam de casos reais, o poder de atração torna-se maior junto das massas, nessa altura como hoje: os dispositivos simbólicos simplificam-se, tornam-se mais eficazes – por alcançarem multidões – mas desistem de ser representação. Destroem-se no processo, atacam o pensamento e, mais importante, constituem-se como um dos instrumentos mais eficazes de controle social.

Ao longo do trabalho assistimos à replicação deste curto-circuito em suportes diversos e tão insuspeitos como o próprio livro. O livro que trata de factos reais ou o filme... Também os livros e filmes impõem-se ao leitor e ao telespetador como verdades que se querem como dogmas.

E quem encontram do outro lado? Audiências envenenadas por anos de alienação mediática, formatadas em teorias unívocas, treinadas a traçar uma ou duas operações lógicas antes de se desinteressarem do assunto. Presas fáceis, em suma.

As teles promovem o afastamento entre os homens e sobretudo no próprio interior de cada um deles. Ao desconjuntar capacidade de pensamento estratégico das operações lógicas – i. e. contextualizando-as, efetuando escolhas, conjugando contradições – as teles fazem com que o homem passe a habitar num mundo que não compreende, que lhe é irreversivelmente estranho. Mais ainda: num mundo em que se vê arremetido para o lugar da vítima indefesa.

O curto-circuito torna todos os dispositivos representativos – os jornais, os media em geral mas também as artes, as ciências – meros fantoches que são evocados ou ignorados conforme as conveniências do momento.

É, pois, necessário resistir. E para resistir é imprescindível, antes de tudo, tomar consciência do que está a acontecer, do que está em jogo.

Nota 6 – Revolta do símbolo

O símbolo revoltou-se, cortou amarras com a realidade. Existe por só, independentemente do mundo. Por vezes, impacienta-se: não aceita contrariedades, que lhe digam que pode estar errado. Se as coisas não são como o símbolo lhes diz para ser, então que se corrija o mundo.

A imersão nas teles, a perseguição do virtual pode também ser encarada assim: como a vivência do símbolo. Deixemos os nossos corpos à entrada do computador e entreguemos a imaginação ao virtual. Somos rasurados, divididos ao meio na nossa humanidade. Esquecemo-nos disso rapidamente: a luminescência do ecrã, o avatar

de gestos digitalizados enche-nos de onipotência. Voamos no céu digitalizado. Vestimo-nos de símbolo desenraizado que não designa nada no real, mas que faz sentido em referência a outros símbolos. Criam-se novas palavras para explicar estas vivências, modificam-se campos semânticos de outras.

O símbolo existe porque há outro símbolo. E ambos se erguem contra o mundo. Embarcamos na viagem que é no fundo a das máquinas, da consciência informática. Dos seres que não têm corpo. Aguentamos a parada um dia e mais outro.

Então lembramo-nos dos nossos braços das nossas pernas. Uma voz interior diz-nos que tem fome, que precisamos ir à casa de banho. Contrariedades embaraçantes e ineficazes. Erguemo-nos. Saímos à rua. O trânsito não está como se via na televisão, as pessoas sofrem de um sofrimento que não vem nas imagens com que somos diariamente aturdidos.

Perplexidades.

Vivemos as teles, jogamos a partida do símbolo desenraizado. O afastamento é nos servido em nossas casas da forma mais cómoda. Na verdade, afastámo-nos de nós mesmos – do que podemos viver no nosso quotidiano, tomando consciência plena dos nossos corpos.

O regresso do virtual é estranho porque nos deixa vazios, sem pensamento. Quisemos para nós o pensamento informático e esvaziámos o nosso. Regressamos ao mundo e ele surge lento e ineficaz. Precisamos velocidade desse mundo dos símbolos onde o preço a pagar é não ser – não ser no mundo.

Michel Foucault deteta uma mudança no sistema de signos ocidental no século XVI. É nessa altura que o sistema de signos se liberta da estrutura da semelhança e se reduz ao binómio significado significante. Com ele a linguagem distancia-se do mundo e existe na sua objetividade. Hoje, porém, é o signo que se emancipa totalmente deixando de necessitar de mundo. Vive agora nos dispositivos tecnológicos, deixando-nos à porta.

O mundo fica sem símbolos. Só percebemos o real em frente dos ecrãs, esquecendo-nos dos nossos corpos. Neste sentido a epidemia da obesidade (e em sentido contrário dos comportamentos anorécticos) mostra-nos, à saciedade, que não lidamos apenas com metáforas. Esquecemo-nos dos nossos corpos de facto.

Bibliografia

- Albuquerque, P. B., (2011). É preciso levar a memória de trabalho para a escola? Contributo de uma memória limitada para o sucesso académico. In Carlos Fiolhais (Ed.) *Em causa: aprender a aprender*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- Ballester, G. T. (2006/1997). *Memória de um Inconformista*. Porto: Ambar.
- Brown, D. (2004/2003). *O código Da Vinci*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Carmo, I; Reis, D.; Varandas, P.; Bouça, D.; Padre Santos, D.; Neves, A.; André, I.; Sampaio, D. & Galvão-Teles, A. (2001). Epidemiologia da anorexia nervosa: Prevalência da anorexia nervosa em adolescentes do sexo feminino nos distritos de Lisboa e Setúbal. *Acta Médica Portuguesa*, 14, 301-16.
- Cocteau, J. (1989/1930). *A Voz Humana*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Cohen, S. (1994). *Folk devils and moral panics*. Oxford: Backwell Publishers.
- Débord, G. (2012/1967). *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Edições Antígona.
- Eliade, M. (1999/1971). *Mitos do eterno retorno*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fernandes, L. (1997). *Etnografia urbana das drogas e crime*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Foucault, M. (1998/1966). *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70.
- Gil, J. (2004). *Portugal, Hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio de Água.
- Gil, J. (2008). A domesticação da sociedade. *Visão* de 02 de outubro.
- Gonçalves S. (1998). *Perturbações do Comportamento Alimentar: Estudo da prevalência junto de uma população universitária*

- feminina*. Tese de mestrado não publicada, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Growing Through Adolescence - A training pack based on a Health Promoting School approach to healthy eating* (2005). Glasgow: Health Scotland.
- Huxley, A. (2007/1959). *O Regresso ao Admirável Mundo Novo*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Jordan Jr, L. H.; Louis, H.; Metz, S.; Howell, R. J. ; Connelly, D.; Melody, J.; Surdu, J.; Brischke, K.; Cranz, D.; Gailliard, J. & Proctor B. C. (2012). *US Army War College Key Strategic Issues List (KSIL) 2012-2013*. Army Coll Strategic Studies Institute Carlisle Barracks SA.
- Jornal de Notícias, 01/12/2012, Facebook ajuda a tratar doentes com depressão, p. 6
- Kerckhove, D. (1997/1995). *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio de Água.
- Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio de Água.
- Miller, D. & Slater, D. (2004) Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, 10, 41-65.
- Moreno, M. A., Jelenchick, L. A., Egan, K. G., Cox, E., Young, H., Gannon, K. E., & Becker, T. (2011). Feeling bad on Facebook: Depression disclosures by college students on a social networking site. *Depression and anxiety*, 28 (6), 447-455.
- Nielsen, J. (2006). F-Shaped Pattern For Reading Web Content. Consultado em 10 Dez 2011. http://www.useit.com/alertbox/reading_pattern.html
- Pinto, A. (1991). *Percepção, aprendizagem e memória: Temas e Experiências*. Porto: Edições Psicologia.
- Queirós, L. P. (2001). *Autoimagem quanto à aparência física da população feminina em idade escolar: Abordagem na óptica da capacitação para autogerir a saúde e seus factores*. Tese de

- mestrado não publicada, Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade de Lisboa.
- Reding, V. (2012). The EU Data Protection Reform 2012: Making Europe the Standard Setter for Modern Data Protection Rules in the Digital Age (on-line). http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-12-26_en.htm
- Ricoeur, P. (1987). Indivíduo e identidade pessoal. In P Veyne J-P Vermant; L. Dumont; F. Varela & A.G. Percheron (ed.) *Indivíduo e poder*. Lisboa: Edições 70, pp. 65-85.
- Rodrigues, E. (2003). *Crónica Jornalística - Século XIX*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Silva, A. (2005). Mundos reais, mundos virtuais. Os jovens nas salas de chat. *Textos da CiberSociedad*, 6, 2.
- Sissa, G. (1997). *O prazer e o mal - filosofia da droga*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Stiegler, B. (2006). *Télécratie contre la Démocratie – lettre ouverte aux représentants politiques*. Paris: Flammarion.
- Subrahmanyam, K., Reich, S. M., Waechter, N., & Espinoza, G. (2008). Online and offline social networks: Use of social networking sites by emerging adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 29(6), 420-433.
- Thoreau. H. D. (2008/1854). *Onde vivi e para que vivi*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi (cap. 2 de *Walden*).
- Tinoco, R. (2008). *Nicks & Chats: para uma etnografia do virtual*. Porto: Estratégias Criativas.
- Tinoco, R. (2013). *Educação para o uso da internet: Uma abordagem através das Dinâmicas de Grupo*. Lisboa: Bubok (e-book).
- Torres, S., Guerra, M. P., Lencastre, L., Williamson, D. A., Roma-Torres, A., & Vieira, F. (2008). Contribuição para o Estudo da Adaptação Portuguesa da Entrevista de Diagnóstico das Perturbações do Comportamento Alimentar-IV (IDED-IV)

Específica para a Anorexia Nervosa. *Arquivos de Medicina*, 22(4-5), 113-119.

Touraine, A. & Khosrokhonar, F. (2001). *A procura de si - Diálogos sobre o sujeito*. Lisboa: Instituto Piaget.

Venisse, J.L. (2005). Le scandale des addictions sans drogue. In <http://www.anitea.fr/documents/docs/jlvenisse0705.pdf>

Willis, P. (1977). *Learning to Labour*. Aldershot: Gower.

Yourcenar, M. (2000/1974). *Memórias de Adriano*. Lisboa: Editora Ulisseia.

Yaphe, J. (2010). Comunicação pessoal.

Consultar mais sobre o autor em:

<http://psicologiasaudecomunidade.com/>